



REVISTA DO Farmacêutico

PUBLICAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Nº 102 - ABR/MAI/JUN - 2011

CRF SP

O que é?

Para que serve?

Como funciona?

ENTENDA

Antibióticos

CRF-SP pede esclarecimentos à Anvisa sobre RDC 20/11



Ministro da Saúde

Farmácia estabelecimento de saúde é prioridade



pós-graduação em
acupuntura
O mais completo

Visite o site: **www.cetn.com.br**

São Paulo/SP

Fone.: 11 | 4306.0379

saopaulo@cetn.com.br

Campinas/SP

Fone.: 19 | 3386.3837

campinas@cetn.com.br

Bauru/SP

Fone.: 14 | 3011.1018

bauru@cetn.com.br

Sorocaba/SP

Fone.: 15 | 3211.2259

sorocaba@cetn.com.br

Santos/SP

Fone.: 13 | 3016.8584

santos@cetn.com.br

PÓS-GRADUAÇÃO IPOG

SUCESSO COMPROVADO EM 18 ESTADOS

- MBA Gestão & Auditoria em Sistemas de Saúde
- Atenção Farmacêutica & Farmacoterapia Clínica
- MBA Gestão Industrial Farmacêutica
- MBA Gestão de Farmácias & Drogarias
- Master em Ciências Farmacêuticas
- MBA Marketing Farmacêutico
- Assuntos Regulatórios

IPOG SÃO PAULO

Av. Paulista, Nº 807, Ed. Sir Winston Churchill
18º andar, Conjunto 1821 - São Paulo-SP
11 3251-1560 | ipog.edu.br | sp@ipog.edu.br

DESCONTO ESPECIAL PARA FARMACÊUTICOS INSCRITOS NO CRF-SP



Novo conceito

Esta edição da Revista do Farmacêutico apresenta um novo conceito editorial. Damos prioridade a um conteúdo mais detalhado aliado a uma apresentação que permite mais imagens e facilita a leitura. A partir desse número, vamos fazer o revezamento entre os temas. Assim, a edição 102 conta com matérias sobre Homeopatia, Distribuição e Transporte, Acupuntura, Regulação e Mercado, Farmácia Clínica e Análises Clínicas e Toxicológicas.

Um dos destaques desta edição é a entrevista exclusiva para a Revista do Farmacêutico do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmando que a farmácia como estabelecimento de saúde será uma das prioridades da sua gestão, assim como, entre outras declarações, reconhecendo o farmacêutico como profissional imprescindível na rede pública de saúde.

Conhecer um pouco mais sobre o funcionamento do CRF-SP é o tema central da matéria de capa. Uma reportagem que esclarece o papel do maior conselho regional de Farmácia do país. Como funciona,

quem movimenta a entidade, de onde vêm os recursos e onde são investidos estão entre os tópicos abordados.

Esta edição conta com a cobertura de eventos como o Simpósio sobre Varejo Farmacêutico e o Congresso do Cosems 2011, que reuniu as secretarias municipais de saúde do Estado. Outro tema importante é a atual situação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, o SNGPC. As principais falhas, melhorias e projetos de expansão para a rede pública, distribuidoras e indústria.

Os cuidados ao aviar um medicamento homeopático, assim como quais profissionais estão habilitados a prescrever esses produtos são abordados na editoria de Homeopatia. Já na matéria sobre Acupuntura mostramos o quanto a terapia pode colaborar no tratamento de pacientes imunodeprimidos ao minimizar os efeitos colaterais de medicamentos e alguns tipos de dor.

A trajetória de uma farmacêutica que dedicou a vida à Farmácia Hospitalar está retratada na editoria Personagem, em que a dra. Angelina Zanchetta Briso mostra um pouco da sua imensa contribuição ao setor, além de declarar seu amor à Farmácia.

A edição 102 ainda tem outros assuntos em destaque para contribuir com a sua atualização profissional. Seja um colaborador e sugira pautas que gostaria de ver nas páginas da Revista pelo e-mail: revistadofarmacaceutico@crfsp.org.br.



Raquel Rizzi
Presidente

Marcelo Polacow
Vice-presidente

Pedro Menegasso
Diretor-tesoureiro

Margarete Kishi
Secretária-geral

Boa leitura!
Diretoria CRF-SP



24
CAPA
ENTENDA
O CRF-SP



08
ENTREVISTA
MINISTRO DA SAÚDE -
ALEXANDRE PADILHA



32
PERSONAGEM
DRA. ANGELINA DIRCE
PIONEIRISMO NA
FARMÁCIA HOSPITALAR



52
REGULAÇÃO E
MERCADO
SNGPC AINDA
APRESENTA FALHAS

- 05 Espaço Interativo
- 06 Artigo
- 08 Entrevista
- 12 Opinião
- 14 Curtas e Boas
- 16 Farmacêutico em Foco
- 18 Corporativas
- 21 Eleições 2011
- 22 Especial 1
- 24 Capa
- 32 Ética
- 33 Jurídico
- 34 Personagem
- 36 Aconteceu no Interior
- 38 Eventos
- 40 Especial 2
- 42 Entidades
- 44 Acupuntura
- 46 Distribuição e Transporte
- 48 Homeopatia
- 52 Regulação e Mercado
- 54 Análises Clínicas
- 56 Farmácia Clínica
- 58 Livros

Expediente

A Revista do Farmacêutico é uma publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP

DIRETORIA

Presidente

Raquel Cristina Delfini Rizzi

Vice-presidente

Marcelo Polacow Bisson

Diretor-tesoureiro

Pedro Eduardo Menegasso

Secretária-geral

Margarete Akemi Kishi

Conselheiros

Cecília Leico Shimoda
Fabio Ribeiro da Silva
Israel Murakami
Laise Ponce Leon Simões
Marcelo Polacow Bisson
Marcos Machado Ferreira
Margarete Akemi Kishi
Maria Fernanda Carvalho
Pedro Eduardo Menegasso
Priscila Nogueira Camacho Dejuste
Raquel Cristina Delfini Rizzi
Rodinei Vieira Veloso

Paulo José Teixeira (suplente)
Paulo Pais dos Santos (suplente)
Rosângela Borges Reina (suplente)

Conselheiro Federal

Ely Eduardo Saranz Camargo
Ademir Valério da Silva (suplente)

Comissão Editorial nesta edição

Raquel Cristina Delfini Rizzi
Marcelo Polacow Bisson
Pedro Eduardo Menegasso
Margarete Akemi Kishi
Reggiani Wolfenberg
Simone F. Lisot

Edição

Thais Noronha - Mtb 42.484-SP
thais.noronha@crfsp.org.br

Reportagem e Redação

Carlos Nascimento - Mtb 28.351-SP
jose.nascimento@crfsp.org.br
Luana Frasca - Mtb 59.754-SP
luana.frasca@crfsp.org.br
Renata Gonçalves - Mtb 30.469-SP
renata.goncalvez@crfsp.org.br
Thais Noronha - Mtb 42.484-SP

Estágio em jornalismo

Camila Souza

Diagramação

Ana Laura Azevedo - Mtb 5.392-PR
ana.azevedo@crfsp.org.br
Renato Marsolla
renato.marsolla@crfsp.org.br

Impressão

Companhia Lithographica Ypiranga

Publicidade

Tel.: (11) 3067 1492

Tiragem

47.500 exemplares

Cargos exercidos sem remuneração no CRF-SP

Presidente, vice-presidente, secretária-geral, diretor-tesoureiro, conselheiros, diretores e vice-diretores regionais, membros de Comissões Assessoras e das Comissões de Ética.

Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP

Rua Capote Valente, 487 - Jardim América
São Paulo - SP | CEP: 05409-001
PABX: (11) 3067 1450 / 1474 / 1476
e-mail: revistadofarmacêutico@crfsp.org.br
Portal: www.crfsp.org.br

“Aproveito a oportunidade para parabenizá-los pelo excelente trabalho! Fiquei muito feliz pelo comprometimento de todos vocês, desde o atendimento e orientação dados pelas funcionárias Renata Peixoto, Fernanda Lorencini e dra. Beatriz Chueiri. Meus sinceros votos de um brilhante sucesso a todos vocês! Tenho orgulho de fazer parte desta classe!”

dr. Renato Matroni - Guarulhos/SP

“Agradecemos o envio das Revistas do Farmacêutico. Esperamos continuar recebendo as futuras publicações.”

Magali Ferreti - Centro Universitário do norte Paulista Unorp - São José do Rio Preto/SP

“Agradeço a toda a equipe do atendimento e trâmite de documentos pela agilidade e comprometimento com a minha transferência do CRF-DF para o CRF-SP.”

dr. Mário Calixto barbosa Júnior - São Paulo/SP



“Parabeno pelo material produzido pelo CRF-SP em parceria com a Interfarma a respeito da venda dos MIPs nas drogarias.”

e verton d lício Carmo - estudante de Farmácia - Unicastelo - São Paulo/SP

Relacionados ao departamento de Orientação Farmacêutica:

“Agradeço pela resposta rápida e detalhada do CRF-SP e aproveito para parabenizá-los pelo ótimo serviço e atendimento. Minha dúvida foi esclarecida por completo.”

dra. Carla Figueiredo - Ribeirão Preto/SP

“Agradeço as orientações fornecidas, foram totalmente esclarecedoras e aproveito a oportunidade para agradecer e elogiar além das informações, a agilidade no envio da resposta. É muito bom poder contar com o apoio e dedicação de vocês. PARABÊNS!”

dr. Ricardo alexandre dos Santos - São Paulo/SP

“Quero agradecer a toda equipe do CRF-SP que contribuiu para agilizar a transferência do meu registro para o Ceará. Este trabalho viabilizou a minha contratação no CAF da Prefeitura de Boa Viagem - CE, onde já estou trabalhando. Obrigada pelo empenho e compreensão de toda a equipe.”

dra. aldirene Lopes dantas – Farmacêutica - boa Viagem/Ce



CRF-SP naS RedeS SoCiais

TwITTeR

@lutalayer - Parabéns ao CRF-SP pela ótima atuação junto à educação farmacêutica. Poderia servir de exemplo para muitos CRFs do Brasil. Abraços.

@MarceloStonned - Acabei de chegar do curso do @crfsp sobre o SNGPC. Muito bom! Esclareceu várias dúvidas!

Sobre a capacitação da campanha “Contraceptivos, com ênfase na Pílula do Dia Seguinte”:

@chicofarma - Parabéns ao @crfsp pelo curso realizado no último sábado!! vi uma evolução na luta pelo reconhecimento da classe! #orgulhofarmacêutico.

Mensagens postadas durante audiência pública sobre anorexígenos no Senado e painel técnico na Anvisa, transmitido em tempo real pelo CRF-SP:

@jaquesebastiao - Parabéns ao @crfsp pela defesa dos farmacêuticos..é isso aí, nós estudamos pra isso e temos consciência de nossos deveres e direitos!

@maelysoares - Aproveito meu retorno aki p/ manifestar meu apoio integral ao @crfsp na luta contra a proibição da ANVISA do uso de anorexígenos.

@GraziSEP - Muito bom o debate, parabéns ao CRF pela transmissão.

@leandrobudugo - Ótima a cobertura do @crfsp no debate da Anvisa. Meus parabéns para a experiente equipe de comunicação do órgão. Muito bom!

@tapivaro - eu tenho muito orgulho de fazer parte da família CRF-SP

FaCebook

Sobre o Plano de Gestão CRF-SP 2010/2011:

Victor Luz: Isso sim é uma gestão democrática e informativa...Parabéns à diretoria e conselheiros desta gestão do CRF-SP e uma boa discussão para todos.

ESCREVA-NOS!

Envie sua sugestão para a Revista do Farmacêutico:

E-mail: revistadofarmacêutico@crfsp.org.br

R. Capote Valente, 487 - 4º andar

CEP: 04162-001 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3067 1494 / 1498

A RF se reserva o direito de adaptar as mensagens, sem alterar seu conteúdo.

Autonomia para ter orgulho!

À frente do CRF-SP temos divulgado o slogan “orgulho de ser farmacêutico” há bastante tempo. Queremos, com isso, mostrar que trabalhamos pelo engrandecimento da nossa profissão, mas, acima de tudo, queremos que o profissional se conscientize sobre o seu papel. Mais que uma simples frase, isso significa um estado de espírito, uma atitude. Se não tivermos orgulho da nossa profissão, nada acontecerá para que ela melhore. Pensando nisso, me preocupo constantemente com duas coisas: a primeira, é a apatia e o desânimo que têm se abatido sobre alguns colegas e, a segunda, é a interferência que sofremos diariamente no nosso trabalho, o que contribui para esse desânimo e frustração.

Alguns colegas agem como se já tivessem entregado os pontos, apenas reclamam que o piso é baixo e que ninguém faz nada. Ficam aguardando que um milagre aconteça ou que alguém consiga aprovar uma lei que modifi-

que a situação, mas não agem para colaborar com nenhuma mudança. Por outro lado, outros têm se destacado, ocupado cargos importantes, tanto no setor público quanto no privado, provando que o farmacêutico é, sim, um profissional de alto nível, qualificado para enfrentar grandes desafios e para assumir grandes responsabilidades.

Me preocupo com a interferência que sofremos diariamente no nosso trabalho como farmacêuticos

Ao farmacêutico têm sido impostas muitas normas e regras. Exige-se de nós extrema responsabilidade e o nosso trabalho acaba se tornando árduo,

burocrático e minucioso, demandando controle sobre absolutamente tudo o que fazemos. São regras, normas, RDCs e um emaranhado de exigências. A impressão que acabamos tendo é a de que a sociedade não confia em nós. As normas são extremamente complexas e descem a um nível absurdo de detalhes, dando-nos a sensação de que estamos “engessados”.

O “manual” é completo e não podemos nos desviar do que está escrito, nem mesmo quan-





do a circunstância o exige, pois o processo de elaboração dessas normas geralmente não leva em conta a experiência de quem trabalha na ponta. São impostas do dia para a noite e, sempre, dificultam a rotina do farmacêutico. Mais fácil seria programar uma máquina então, uma vez que tudo já está descrito e sobra pouco espaço para o bom senso e a decisão do profissional.

É impensável, em qualquer outra profissão, o que tem ocorrido na nossa: imagine um médico-cirurgião receber um fiscal sanitário durante um procedimento e este passar a criticá-lo, indicando que ele não está seguindo o que está escrito numa RDC. É impensável. Ao contrário, isso ocorre constantemente conosco: agentes sanitários entram sem nenhum constrangimento em nossos laboratórios em pleno horário de atividade, apontam erros e punem o profissional, muitas vezes, segundo a sua própria interpretação e por detalhes ínfimos e, às vezes, sem importância, ignorando completamente a qualificação, a capacidade do profissional em solucionar os problemas inerentes ao seu trabalho e, acima de tudo, ignorando o compromisso ético do farmacêutico.

Os autos de infração das vigilâncias citam “infrações sanitárias” e “ameaças à saúde pública”, termos que arrasam os profissionais de bem e minam o seu orgulho. Muitos ficam sem ânimo em prosseguir.

No exemplo que eu citei acima, quem estabelece a técnica que um médico-cirurgião deve utilizar num procedimento é o Conselho Federal de Medicina, que é formado por outros médicos que têm o conhecimento da realidade da profissão. Da mesma forma, quem deve estabelecer os procedimentos que devemos utilizar em nossos laboratórios e no exercício diário da profissão é o Conselho Federal de Farmácia, e não a Vigilância Sanitária de qualquer instância.

Entidades profissionais como os Conselhos têm por obrigação defender e regulamentar o âmbito profissional. Não há RDC que possa sobrepor-se às resoluções emanadas do Conselho Profissional quanto ao que este pode ou não fazer. Sendo assim, nos cabe valorizar essas entidades e cobrar delas o estabelecimento dessas regras de forma fundamentada.

Está na hora de a sociedade exigir a presença do farmacêutico, mas também de reconhecer o seu valor e, acima de tudo, confiar nele, afinal, conferiu-lhe um diploma que o habilita a exercer uma profissão, e não está lhe dando o direito de, efetivamente, o fazer e nem o está remunerando adequadamente para isso.

Ter orgulho da profissão que exercemos, passa por ter orgulho dos atos que praticamos, das pessoas que somos capazes de ajudar e das transformações que somos capazes de gerar ao longo dos anos de trabalho, e tudo isso depende, basicamente, das decisões que tomamos. Engessados como estamos hoje, estamos reduzidos a apenas seguir o que está escrito e nada mais.

Está na hora de retomarmos o controle da nossa própria profissão e de resgatar o direito de exercer as nossas atividades com autonomia como os outros profissionais da saúde. Devemos apelar à sensibilidade dos nossos colegas que ocupam postos junto aos órgãos sanitários, para que estabeleçam uma relação de respeito com os farmacêuticos que exercem sua atividade na ponta.

Na direção do CRF-SP, nosso compromisso é lutar incansavelmente para derrubar essas restrições e valorizar o farmacêutico. Cobramos a sua presença, mas também entendemos que ele tem que ser respeitado e a ele deve ser dada a responsabilidade de fato, e não apenas no papel.

Dr. Pedro Eduardo Menegasso,
diretor-tesoureiro do CRF-SP

Está na hora da sociedade exigir a presença do farmacêutico e também reconhecer o seu valor

Assistência farmacêutica é prioridade

Ministro da Saúde revela que projeto farmácia estabelecimento de saúde irá avançar e diz que não há dúvidas sobre a eficiência do farmacêutico na rede pública

Novo governo, nova equipe, novas ideias, mas os grandes desafios do setor público na área da Farmácia continuam sendo a garantia à assistência farmacêutica e à qualidade deste serviço para a população. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que assumiu o cargo em janeiro deste ano, esses objetivos continuarão sendo perseguidos e aprimorados. Ele concedeu entrevista à **Revista do Farmacêutico** demonstrando atenção especial ao tema, revelou quais serão suas prioridades à frente do Ministério e como a sua administração deverá influenciar na atividade farmacêutica.

Padilha é médico infectologista e o mais jovem ministro do governo, com 39 anos. Foi diretor nacional de saúde indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), chefe de gabinete da subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República e ministro das Relações Institucionais do governo Lula. **Carlos Nascimento, com colaboração de Luana Frasca e Thais Noronha**

Revista do Farmacêutico - Durante a posse, o senhor falou sobre o caráter ousado do Ministério da Saúde e sobre o amadurecimento do SUS. Qual será a postura do



Antônio Cruz / Agência Brasil

Para Alexandre Padilha, existe um esforço constante do Ministério da Saúde para aprimorar os serviços farmacêuticos

Ministério em relação ao assunto?

Alexandre Padilha - Estabeleci como prioridade da gestão o acesso aos serviços de saúde. Essa será a minha obsessão como ministro e divido esse desafio com toda a equipe do Ministério da Saúde. Estudos demonstram que o usuário do SUS, quando faz a consulta e passa pelos serviços, considera o atendimento satisfatório. O que deixa a desejar é a agilidade. Por esse motivo, queremos garantir o acolhimento dos pacientes com qualidade e no tempo adequado. Estamos trabalhando na criação de um indicador de garantia de acesso que possa

mensurar o andamento das políticas públicas de saúde e o impacto delas na vida das pessoas, nacional e regionalmente.

Precisamos avaliar o que o SUS consegue resolver, em que medida o acesso à saúde é de qualidade e qual o nível de satisfação do usuário. Essa avaliação nos dará a dimensão exata das áreas em que é preciso reforçar serviços. Queremos trabalhar o indicador e as ações que serão determinadas a partir dessa análise junto aos estados e municípios, criando redes de saúde nos espaços que necessitam de apoio. A proposta é centralizar a gestão das redes de saúde nesses espaços fazendo contratos entre estados e municípios, com objetivos e metas claras a serem cumpridos e acompanhados conforme a realidade regional.

RF - Muitas farmácias mantidas pelo poder público não contam com a assistência farmacêutica. Como o senhor avalia essa situação?

AP - Existe um esforço constante por parte do Ministério da Saúde em aprimorar os serviços farmacêuticos. Desde o início de 2010 começamos a trabalhar com um novo sistema de informações, o Sistema Hórus, que integra dados das farmácias, unidades de saúde e almoxarifados da rede pública local e serve para ajudar o gestor no planejamento e monitoramento das ações de assistência farmacêutica. Elegemos 16 estados como pilotos para testar e aprimorar a ferramenta e mais de 750 cidades já optaram por aderir ao projeto.

O PL 4385/94, do deputado Ivan Valente, é uma das prioridades do Ministério



Farmácias e drogarias cumprem um importante papel social na saúde

Outra ação importante nessa área são os cursos de capacitação em assistência farmacêutica promovidos pelo Ministério da Saúde para o desenvolvimento de conhecimento e qualificação dos serviços. As iniciativas, desde 2009 até o fim desse ano, devem envolver cerca de 3.000 farmacêuticos. Uma das propostas em andamento é o curso de Especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica, cuja primeira turma começou em 2010 e este ano deveremos abrir novas turmas.

RF - Em sua opinião, como o farmacêutico se insere na promoção à saúde?

AP - A assistência farmacêutica pode contribuir de forma efetiva para ampliar o acesso da população a medicamentos, bem como para promover o uso racional desses produtos. Em unidades de saúde, o bom gerenciamento das farmácias pode ajudar, inclusive, na redução dos custos, seja pela revisão das listas de oferta de medicamentos, pela possibilidade de o farmacêutico manipular ou fracionar o produto, entre outras ações. Não há dúvida que a eficiência desse serviço impacta positivamente na qualidade do tratamento e no melhor aproveitamento dos recursos para o setor.

RF - Qual a sua opinião sobre o substitutivo apresentado pelo deputado Ivan Valente ao PL 4385/94, que transforma a farmácia em um estabelecimento de saúde?

AP - O Ministério da Saúde entende que drogarias e farmácias são estabelecimentos que cumprem um papel social importante na saúde e integrado à lógica de funcionamento do setor. A assistência farmacêuti-

ca é um direito da população e esses estabelecimentos, ao garantirem a oferta de medicamentos à sociedade, têm um papel social importante a cumprir. Sendo assim, a proposta da PL 4385 é um assunto que está entre as prioridades do Ministério e que vamos avançar.

RF - Como o Ministério cobrará o cumprimento da Portaria nº 4.283/2010, que traz diretrizes para a organização do serviço de farmácia nos hospitais?

AP - A Portaria atende a uma antiga demanda do setor farmacêutico e foi resultado do diálogo com diferentes atores. Formamos um grupo de trabalho com a participação de gestores estaduais, municipais e representantes das entidades profissionais e de saúde para elaboração conjunta da Portaria. As diretrizes definidas na nova legislação orientam os gestores do SUS a aprimorarem o funcionamento das farmácias hospitalares. Entre outras ações, incentiva a participação do farmacêutico na avaliação da necessidade de aquisição ou substituição de medicamentos, a manipulação e o fracionamento dos produtos, uma vez que eles são os profissionais habilitados para esta atividade. Em junho deste ano, realizaremos um fórum sobre o assunto, em que haverá troca de experiências e debate sobre a qualificação das farmácias hospitalares.

RF - Qual é a real dimensão do problema do uso irracional de antibióticos no Brasil?

AP - O objetivo da Anvisa, ao ampliar o controle sobre os antibióticos, é contribuir para a redução da resistência bacteriana entre a população. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que mais de 50% das prescrições de antibióticos no mundo são inadequadas.

RF - O Ministério pretende ampliar o programa “Aqui Tem Farmácia Popular”?

AP - É crescente o número de farmácias e drogarias credenciadas ao Aqui Tem Farmácia Po-



O acesso aos serviços de saúde será prioridade na gestão, afirma o ministro Padilha

pular. Hoje, são mais de 15 mil estabelecimentos privados vinculados ao programa. O Farmácia Popular do Brasil, considerando unidades próprias e rede privada, beneficia mais de 2,3 milhões de brasileiros por mês. O sistema desenvolvido para viabilizar a oferta de produtos com descontos e gratuitos – no caso de medicamentos para hipertensão e diabetes – está em constante aperfeiçoamento, de forma a garantir o bom funcionamento da iniciativa e evitar fraudes. O Ministério da Saúde oferece todo o suporte e acompanhamento necessário para a implantação do sistema nas farmácias.

O compromisso dessa gestão é continuar trabalhando para o crescimento do Farmácia Popular do Brasil. Estamos implantando 75 novas unidades próprias em todo o país e, este ano, inovamos com o lançamento do Saúde Não Tem Preço. Desde fevereiro, a população tem acesso gratuito a medicamentos para hipertensão e diabetes nas unidades do programa. Em um mês, houve um aumento de 61,4% das retiradas de produtos para hipertensão e de 50% de medicamentos para diabetes. A iniciativa alavancou, inclusive, a distribuição dos demais produtos, que são disponibilizados com até 90% de desconto. De forma geral, com a gratuidade, houve crescimento de 57% no total de autorizações, principalmente, para medicamentos. 🌍

Não há dúvida que a assistência farmacêutica impacta positivamente na qualidade do tratamento

UNIVERSO

FARMACÊUTICO

WWW.UNIVERSOFARMACEUTICO.COM.BR

ESTÁ NO AR O PORTAL UNIVERSO FARMACÊUTICO



Você, farmacêutico, é responsável por contribuir com a saúde e bem-estar de milhões de pessoas.

Portal Universo Farmacêutico. Feito por você, para você.

Você encontrará conteúdos exclusivos, como vídeos, aulas, notícias, treinamento e muito mais.

Acesse o endereço abaixo e cadastre-se para ter sempre as melhores informações do Universo Farmacêutico.

www.universofarmaceutico.com.br

LBR.02.2011.0274

SAC 0800 7021341
sac@bayerhealthcare.com
Respeito por você



 Bayer HealthCare

A farmácia que queremos

Em um país de dimensões continentais e com a diversidade de realidades como o nosso, é passada a hora de promover a boa saúde. Para conseguir isso, diferentes tipos de profissionais desta área precisam trabalhar juntos, tais como médicos, farmacêuticos e enfermeiros. Hoje os farmacêuticos trabalham em contextos institucionalizados, como farmácias, e não estão sendo plenamente utilizados para tornarem-se promotores eficazes de saúde.

A saúde vem mudando ao longo do tempo em nosso país levando os gestores, trabalhadores e usuários do sistema a uma nova forma de pensar, de estruturar, de desenvolver, de produzir serviços e assistência em saúde. Se quisermos uma real universalidade de acesso, com integralidade da atenção, equidade, participação das comunidades e descentralização da assistência, precisamos ter as farmácias como promotoras de saúde.

A assistência farmacêutica deve apoiar as ações de saúde demandadas por uma comunidade, o que envolve o abastecimento de medicamentos em todas e em cada uma das suas etapas constitutivas, a conservação, o controle de qualidade, a segurança e eficácia terapêutica.

O mercado de farmácias brasileiro está entre os cinco maiores do mundo, movimentando R\$ 9,6 bilhões/ano e trabalhando com cerca de 20 mil apresentações comerciais disponíveis para o consumo da população. Também por isso é que 16% das mortes por intoxicações no Brasil são causadas pelo uso inadequado de medicamentos, uma vez que 35% dos remédios adquiridos

são para automedicação. Por esta razão também cresce constantemente a resistência da maioria dos micro-organismos causadores de enfermidades infecciosas.

Compreender esta realidade é de suma importância, uma vez que, com frequência e de forma errônea, ocorre a distribuição de medicamentos sem os necessários critérios que assegurem seu uso racional e seguro. Precisamos ter o produto certo para uma finalidade específica, na dosagem correta, pelo tempo que for necessário, no momento e lugar adequados, com a garantia de qualidade e a informação suficiente para o uso eficaz,

tendo como consequência a resolatividade das ações de saúde.

A educação em saúde quanto ao uso racional de medicamentos, orientação quanto à segurança e qualidade de produtos

medicamentosos e o estabelecimento de programas de atenção farmacêutica no âmbito do Programa de Saúde da Família e Centros de Saúde é de competência do farmacêutico e já não se admite mais o prático de farmácia.

Os farmacêuticos precisam estar preparados para suprir as necessidades do sistema de saúde com conhecimentos e competências que viabilizem a implementação da assistência farmacêutica como uma política de promoção da saúde, como, por exemplo, por meio da atividade de aconselhamento farmacêutico. Esta é farmácia que esperamos e queremos.

Os farmacêuticos precisam estar preparados para suprir as necessidades do sistema de saúde no Brasil



Divulgação

Dr. Marco Aurélio Ubiali é deputado federal pelo PSB (SP), médico, professor universitário e presidente da Federação das Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do Estado de São Paulo

**2 VEZES
MAIS AULAS
PRÁTICAS**

Pós-Graduação MBA Tecnologia Cosmética

Ênfase em Projetos Cosméticos e Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos

**Torne-se um Especialista
com Certificado Internacional**



**+ MÓDULO INTERNACIONAL
UNIVERSIDADE DE MILÃO, ITÁLIA**

Coordenação: Mauricio Gaspari Pupo

Local: Campinas e São Paulo

Início: Agosto 2011



Canadá

Parcerias Internacionais



Espanha



Canadá

- 360 Horas Aula + 90 Horas TCC
- Reconhecido pelo MEC

- + Módulo Internacional Opcional
- + MBA Internacional Opcional

19 3736.6868 | www.ipupo.com.br

Celular TIM: 19 8115.8856 - Ligação Gratuita*

“NARIZ ELETRÔNICO” PODE AJUDAR A DIAGNOSTICAR CÂNCER

Um novo aparelho pode auxiliar a medicina a detectar o câncer. Cientistas israelenses dizem ter criado uma espécie de “nariz eletrônico” capaz de identificar sinais químicos da doença no hálito de pacientes com tumores no pulmão e nas regiões da cabeça e pescoço.

A equipe do *Israel Institute of Technology* submeteu o aparelho, semelhante ao bafômetro, a vários testes. Após o uso de um método químico para identificar possíveis

resíduos de câncer no hálito, os cientistas confirmaram sua capacidade em distinguir as moléculas de pessoas saudáveis e de pacientes com tumores.

De acordo com os pesquisadores, o “nariz eletrônico” é o primeiro passo no desenvolvimento de novas formas de detectar a presença desses tumores, geralmente diagnosticados em estágio avançado.

Fonte: O Estado de S. Paulo

MEDICAMENTO FAZ CÉREBRO ESQUECER MÁIS LEMBRANÇAS

Pesquisadores descobriram um medicamento que ajuda a curar o sofrimento causado por más lembranças. De acordo com o estudo publicado no *Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, sob o efeito da metirapona, indivíduos que têm más recordações reduzem a habilidade do cérebro de repassar esses momentos. A pesquisa, da Universidade de Montreal e do Hospital Louis-H. Lafon-

taine (Canadá), desafia a teoria de que as memórias não podem ser modificadas uma vez armazenadas no cérebro.

A metirapona reduz os níveis de cortisol, um hormônio do estresse que está envolvido no processo da lembrança. Manipular a quantidade de cortisol perto do momento em que novas lembranças se formam pode diminuir as emoções negativas associadas a elas.

Fonte: Portal Veja

Blog Nighteye



O personagem de Jim Carrey no filme “Brilho Eterno de uma Mente sem Lembranças” utiliza um equipamento que promete diminuir seu sofrimento apagando as lembranças de uma desilusão amorosa

MOSQUITO TRANSGÊNICO CONTRA A MALÁRIA

Cientistas de Londres estão manipulando geneticamente mosquitos para reduzir a proliferação da malária. Após fazer alterações genéticas e permitir que eles procriassem, percebeu-se que as modificações eram transmitidas para populações de mosquitos em poucas gerações.

Segundo os cientistas, é possível alterar o código genético dos mosquitos para impedi-los de transmitir o parasita da malária, o *Plasmodium falciparum*.

Na experiência, foi usado um gene fluorescente para monitorar a mudança genética e sua transmissão a outras gerações. Agora, a equipe está voltada para genes que o mosquito usa para se reproduzir ou transmitir a malária.

Fonte: UOL Ciência e Saúde



MEDICAMENTO PARA AIDS PODE COMBATER HPV

O medicamento Lopinavir®, utilizado no combate ao vírus HIV, também pode funcionar

contra o vírus do papiloma humano (HPV), causador do câncer de colo do útero.

Stock Photos



Segundo a equipe da Universidade de Manchester, na Inglaterra, o Lopinavir® é capaz de alterar um sistema de defesa do vírus em células infectadas nas mulheres. Atualmente existem vacinas contra o HPV, porém, elas não apresentam eficácia nas mulheres que já adquiriram o vírus.

Além do câncer de colo uterino, o HPV pode causar câncer na boca, no pescoço e no ânus. Estima-se que cerca de 290 mil pessoas morrem dessas doenças por ano.

Fonte: Portal G1

o IPESP *impulsiona sua carreira para você chegar mais longe.*

ATENÇÃO:

Alunos que ingressarem até 31.07.2011 em cursos que já possuíam a chancela do MEC terão o reconhecimento do ministério em seu diploma - após, o certificado será expedido apenas pela entidade.



• Início Imediato

IPESP:
Dirigido por médicos e credenciado pelo MEC

Corpo Docente:
Mestres e Doutores da USP e UNIFESP

Início de turmas durante o ano todo

Candidatos de fora de São Paulo, SP:
Bolsas em condições especiais. Consulte!

Pós-Graduação

- ✦ Farmácia Hospitalar em Oncologia
- ✦ Farmacologia e Farmácia Clínica
- ✦ Cosmetologia e Estética

Cursos de Capacitação

- ✦ Farmácia Clínica em Terapias Intensivas
- ✦ Farmácia Clínica em Neonatologia
- ✦ Farmácia Clínica no Centro Cirúrgico
- ✦ Fundamentos da Farmácia Hospitalar em Oncologia
- ✦ Farmácia Clínica em Geriatria
- ✦ Docência na Área da Saúde
- ✦ Farmácia Clínica em Pediatria

www.ipessp.edu.br

✦ Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo
Tel./Fax: (11) 3539-5767/5768/5769/5771
Alameda Franca, 1604 • Jardins • São Paulo • SP
Próximo ao HC e INCOR, entre as estações Clínicas e Consolação do Metrô.



Instituto de Pesquisa e Educação em Saúde de São Paulo

CONSTRUINDO CARREIRA EM DROGARIA

A transformação das drogarias em estabelecimentos de saúde, graças à atuação dos órgãos fiscalizadores e pela própria exigência da sociedade, elevou as oportunidades de atuação no setor. Hoje, muitos farmacêuticos têm carreiras consolidadas no segmento. As histórias de sucessos, no entanto, estão estreitamente ligadas ao esforço que os profissionais dedicam ao desenvolvimento e atualização profissional.

A dra. **Ana Paula Ribeiro Cavden** é um exemplo de sucesso atuando em drogarias. Ingressou na Droga Raia em 1997, logo depois de terminar a faculdade, como farmacêutica jr, o nível hierárquico iniciante dentro da empresa. Após 14 anos de atuação, conquistou promoções e hoje é coordenadora do Núcleo Farmacêutico, área que dá retaguarda às unidades nos procedimentos técnicos farmacêuticos e operacionais, garantindo o funcionamento de acordo com a legislação.

Ela afirmou que para alcançar o seu reconhecimento foi necessário, além da dedicação, responsabilidade e envolvimento com o paciente, o investimento em atualização profissional.

“Fiz pós-graduação em administração de recursos humanos e tenho planos para mais uma especialização, desta vez em assuntos regulatórios”.

A dra. Ana Paula entende que o farmacêutico é valorizado dentro de sua empresa e, à medida que sobe os degraus no plano de carreira, é ainda mais reconhecido. *“Hoje tenho um salário diferenciado”*, comemora.



Arquivo pessoal

FAZENDO A DIFERENÇA

A oportunidade de interferir positivamente na vida de milhares de famílias faz parte da rotina da dra. **Sônia Hadachi**, responsável pelo Laboratório do Serviço de Referência em Triagem Neonatal da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de São Paulo.

Um dos grandes diferenciais é a realização da triagem neonatal (Teste do Pezinho), realizado em recém-nascidos. *“Este exame deve identificar as doenças graves e tratáveis antes do aparecimento dos sintomas, prevenindo problemas que levam à deficiência intelectual e melhorando a qualidade de vida”.* Dra. Sônia supervisiona o laboratório, acompanha e monitora os controles de qualidade, realiza projetos de pesquisa, além de implementar novas metodologias.

A Apae foi pioneira na realização do Teste do Pezinho no país em 1976. Atualmente, o exame detecta fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, anemia falciforme e outras hemoglobinopatias, além da fibrose cística. Desde 2001, mais de 13 milhões de crianças foram triadas. A satisfação em ser farmacêutica é evidente. *“Realizar o diagnóstico precoce evitando que essas crianças venham a desenvolver deficiência intelectual e permitir uma melhora na qualidade de vida para algumas doenças é muito gratificante”.*

Divulgação



O que mais marcou a sua carreira foi conhecer de perto a necessidade da Triagem Neonatal. *“Acompanhei a evolução dos exames laboratoriais, a importância da busca ativa em captar os casos positivos e o acompanhamento interdisciplinar especializado à atenção aos pacientes”.*

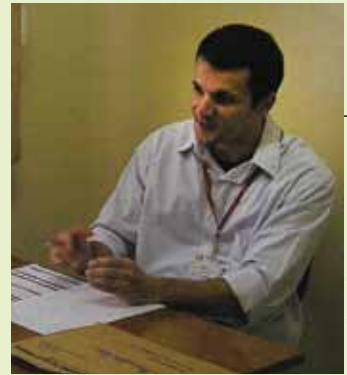
DESTAQUE EM CONGRESSO LATINO-AMERICANO

Uma dupla de farmacêuticos do interior de São Paulo ganhou destaque no I Congresso Latinoamericano de Ciências Farmacêuticas, realizado na cidade de Cuzco, no Peru, em abril. Com o tema “Assistência farmacêutica em uma cidade de médio porte no Brasil”, o projeto apresentado mostrou os desafios, dificuldades e soluções para se trabalhar com a padronização dos medicamentos anti-hipertensivos e antidiabéticos nos serviços públicos das cidades de Ourinhos e região. O trabalho concorreu com representantes de vários países latinoameri-



canos e foi escolhido entre os quatro melhores do Congresso.

A apresentação durante o evento ficou por conta do dr. **Maurício Nambu**, que é farmacêutico da secretaria municipal de Saúde de Ourinhos. Aqui no Brasil, o coautor da pesquisa, dr. **Paulo Obreli Neto**, que trabalha no serviço de saúde da cidade de Salto Grande, ficou torcendo pelo bom desempenho do colega. Os profissionais são referência de assistência farmacêutica no serviço público e ambos são professores do curso de Farmácia das Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO).



Fotos: arquivo pessoal

PESQUISA CLÍNICA À PROVA DE ERROS

Entre os 18 diretores de pesquisa clínica que trabalham para o laboratório Bristol-Myers Squibb em todo o mundo, o mais jovem é o brasileiro dr. **Rodrigo Crispim**, 31 anos. No cargo desde janeiro deste ano, ele é responsável pelo departamento de pesquisa clínica da filial da empresa em São Paulo, e se reporta diretamente à diretora executiva da matriz, nos Estados Unidos. Recentemente recebeu o certificado oficial Kaizen, que confere ao profissional uma poderosa ferramenta de análise e melhoria de processos, sendo agora responsável por aplicar o conceito nas filiais da América do Sul.

Com conhecimentos em gestão de projetos e pessoas e domínio das ferramentas para a melhoria contínua, dr. Rodrigo, que graduou-se na USP



Arquivo Pessoal

em 2003, está na Bristol há oito anos. Desde então, ocupou diversas posições em pesquisa clínica, entre as quais o posto de gerente de protocolo na matriz norte-americana, onde supervisionou dois estudos clínicos globais.

A rápida ascensão é resultado do compromisso assumido pelo farmacêutico em colocar a pesquisa clínica do Brasil num patamar de maior competitividade em relação a outros países. “Trata-se de uma área que se tornou mais interessante nos últimos anos. Vivemos em um ambiente extremamente regulado e com muitos desafios e oportunidades pela frente”, afirma. “No dia a dia, meu esforço é fazer com que minha equipe torne nossos processos à prova de erros”.

Valorização profissional

Farmacêuticos voluntários do CRF-SP discutem novas propostas para aprimorar as ações em favor da profissão

Fotos: Renata Gonçalves

Farmacêuticos colaboradores do CRF-SP estiveram reunidos, em abril passado, para revisar o plano de gestão e discutir a implementação de novas ações que devem ser realizadas pela entidade. Participaram do evento profissionais que realizam trabalho voluntário para o Conselho, entre os quais diretores, conselheiros, membros de Comitês e Grupos Técnicos e membros das Comissões Assessoras e Comissões de Ética.

Durante o evento foram elaboradas pro-



Decisão democrática: propostas discutidas foram à votação durante reunião plenária

postas com ênfase nos seguintes pontos: dar visibilidade à população sobre o exercício profissional do farmacêutico; valorização do profissional de forma que ele tenha poder de decisão no local de atuação; e atuação política do CRF-SP nos poderes executivo e legislativo na defesa da assistência farmacêutica.

Ao longo das discussões, a diretoria reforçou a importância de cada profissional volun-



Da eq. p/ dir.: dra. Raquel Rizzi, dr. Pedro Menegasso, dra. Margarete Kishi e dr. Marcelo Polacow, durante reunião com farmacêuticos voluntários

tário do Conselho estar envolvido no cumprimento das ações propostas com base nos três pontos. “É fundamental que os voluntários que representam o CRF-SP atuem com responsabilidade e reconheçam o compromisso de sua representatividade em favor da categoria”, declarou a presidente do CRF-SP, dra. Raquel Rizzi.

A programação em Águas de Lindoia também contou com uma palestra do assessor jurídico do CRF-SP, dr. Marcus Elídius Michelli de Almeida, sobre o posicionamento do Conselho em relação à responsabilidade técnica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Dr. Marcus ressaltou que a entidade não abre mão de que cada unidade tenha pelo menos um far-

macêutico responsável; as exceções somente são toleradas durante as etapas de adequação, desde que devidamente acordadas em termos de ajuste de conduta (TAC).

PROFISSIONAIS VOLUNTÁRIOS

Atualmente, o CRF-SP conta com 760 farmacêuticos voluntários, sendo 27% na capital e 76% nas seccionais. Diante do alto número de profissionais, os diretores dra. Raquel Rizzi, dr. Marcelo Polacow, dr. Pedro Menegasso e dra. Margarete Akemi Kishi ressaltaram, ao longo das apresentações, a importância de integrar os grupos a fim de aprimorar e viabilizar o cumprimento das ações em favor da profissão. **Renata Gonzalez** 🇧🇷🇺🇲



Farmacêuticos voluntários discutem aperfeiçoamento do Plano de Gestão: grupo integra 760 profissionais de SP

CONFIRA ALGUMAS AÇÕES PROPOSTAS NA REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO:

- Ampliar a realização de campanhas de educação em saúde nos estabelecimentos farmacêuticos;
- Criar um programa institucional permanente de divulgação do papel e das ações do farmacêutico para a população, utilizando-se dos diversos meios de comunicação;
- Incorporar o programa de assistência farmacêutica no plano de governo dos atuais e dos futuros gestores;
- Criar um programa institucional permanente de capacitação profissional sobre políticas públicas, voltado aos voluntários e convidados do CRF-SP.

Fundo de Assistência do CRF-SP

Conheça os critérios para concessão do benefício

O Fundo de Assistência do CRF-SP é um benefício destinado a assistir financeiramente farmacêuticos com inscrição ativa que se encontram “necessitados”, na condição de enfermos ou inválidos, conforme disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 27 da lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960. Pelo regulamento, é considerado inválido ou enfermo o “indivíduo impossibilitado de trabalhar, seja na razão da idade ou em virtude de alguma patologia”, enquanto que necessitado é “aquele que não dispõe de recursos para prover as necessidades básicas da vida”.

A concessão do benefício é sujeita à avaliação de uma comissão nomeada pela diretoria do CRF-SP,

que é responsável por toda a análise da documentação apresentada pelo requerente, outros trâmites necessários e posterior aprovação pelo Plenário da entidade. Se aprovado, o Fundo de Assistência é pago na forma de auxílio mensal, cujo valor varia de um a dois pisos salariais da respectiva categoria.

O regulamento completo para a concessão do Fundo de Assistência do CRF-SP está disponível no portal www.crfsp.org.br (localize no menu à esquerda da página, em ordem alfabética, o item **Fundo de Assistência**).



Um milh@o e meio

Este é o número aproximado de acessos ao portal do CRF-SP em um ano

O portal do CRF-SP se consolida como uma das principais fontes de informação para os farmacêuticos e população em geral. Segundo o último levantamento, que compreende o período entre maio de 2010 e a primeira quinzena de abril deste ano, a homepage recebeu 1.485.077 acessos, o equivalente a 123.756 visitas em média a cada mês. O número corresponde a mais que o dobro da média de acessos registrada no ano retrasado (58,5 mil acessos ao mês).

Reformulado em 2008 e em constante atualização, o portal oferece inúmeros serviços online, download de publicações diversas, programação de cursos e uma área de notícias atualizadas diariamente. Profissionais atuantes no Brasil e no exterior têm a homepage do CRF-SP como principal referência quando buscam informações sobre mudanças na legislação, publicação de novas nor-



Reprodução

mativas e outras novidades do setor.

O crescente interesse dos usuários da internet pelas informações e serviços disponibilizados na página institucional reforça o compromisso da diretoria em agregar melhorias. Conteúdos e novos recursos são constantemente atualizados. Comece o dia atualizado sobre o que acontece na sua profissão. Faça do portal www.crfsp.org.br a sua página inicial.

Exercício da democracia

Eições acontecerão em novembro. Farmacêutico, confira se você poderá exercer o seu direito ao voto

Na primeira quinzena de novembro, em data a ser definida pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), a sede, sedes e todas as seccionais do CRF-SP estarão, das 8 às 18 horas, à disposição dos farmacêuticos que optarem pelo voto presencial na 45ª Eleição do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP. Apesar de obrigatória, a votação faz parte de um momento democrático, já que é a oportunidade de escolha dos representantes da categoria farmacêutica no Estado de São Paulo nos próximos dois anos. Serão escolhidos a diretoria (presidente, vice-presidente, secretário-geral, diretor-tesoureiro), conselheiros federais e regionais.

SITUAÇÃO REGULAR

De acordo com a resolução 458/06 do CFF, o direito de votar será exercido pelos farmacêuticos que, na data do pleito, estiverem em situação regular perante o seu respectivo Conselho Regional de Farmácia, com exceção dos farmacêuticos militares. Os farmacêuticos que possuem algum débito perante o CRF-SP poderão votar somente após a quitação dos valores, que poderá ser realizada antecipadamente ou no local da votação.

Caso a regularização ocorra próxima à data da eleição, é necessário levar o comprovante de pagamento.

VOTO PRESENCIAL

Quem optar pelo voto em urna deve consultar o portal www.crfsp.org.br, já que em

breve será disponibilizada a seção correspondente na capital, Grande São Paulo ou interior. O farmacêutico deve apresentar a carteira profissional (carteira marrom) para que a presença seja documentada. Na ausência da carteira também serão aceitos a cédula de identidade profissional ou outro documento de identificação com foto.

VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Todos os farmacêuticos em situação regular receberão, em data próxima à eleição, um boletim informativo com todas as explicações sobre as eleições e o material eleitoral, que deverá ser utilizado se a opção for o voto pelo correio. Caso a escolha seja pelo exercício do voto em urna, basta inutilizar a cédula e os envelopes e dirigir-se à seção eleitoral.

Thais Noronha 

FARMACÊUTICO QUE NÃO É OBRIGADO A VOTAR

- I - Maiores de sessenta e cinco anos;
- II - Inscrições secundárias
- III - Que se encontram fora da área de jurisdição do CRF-SP;
- IV - Enfermos.

O eleitor que deixar de votar, inclusive nas situações previstas nos itens III e IV, deverá apresentar ao CRF-SP a comprovação de justa causa ou impedimento em até 30 (trinta) dias após o pleito. Caso não haja justificativa ou ocorra seu indeferimento, será aplicada multa no valor correspondente a 50% da anuidade em vigor do CRF-SP.



Arquivo / CRF-SP

Controle de antimicrobianos



Anvisa revoga RDC 44/10 e publica a RDC 20/11, com novos critérios para dispensação de antibióticos. CRF-SP questiona pontos que podem gerar dúvidas ou dificuldades aos farmacêuticos

Sete meses após a publicação da RDC 44/10, que estabelecia regras para maior controle da dispensação de antimicrobianos, a Anvisa editou uma nova Resolução que revisa os critérios para a venda desses medicamentos, revogando a anterior. Publicada em 9 de maio, a RDC 20/11 contemplou algumas mudanças que haviam sido sugeridas por entidades farmacêuticas, entre as quais o CRF-SP, mas ainda contém pontos que podem gerar dúvidas ou dificuldades no momento da dispensação.

No início deste ano, o CRF-SP encaminhou à Anvisa sugestões e questionamentos sobre a RDC 44/10 elaborados pela diretoria e pelo grupo Farmácia Estabelecimento de Saúde. Na ocasião, a Diretoria Colegiada da Anvisa promoveu uma reunião pública para discutir a revisão da normativa, e posteriormente publicou a RDC 20/11.

De acordo com a Resolução, as farmácias e drogarias privadas, assim como as unidades públicas municipais, estaduais e federais que disponibilizam medicamentos mediante ressarcimento, a exemplo das unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil, devem dispensar os medicamentos contendo as substâncias listadas no Anexo I da Resolução, isoladas ou em associação, mediante retenção de receita (2ª via e não mais da 1ª como previa a RDC 44/10) e escrituração.

Já as unidades públicas e hospitalares que não comercializam medicamentos devem manter os procedimentos de controle específico de prescrição e dispensação já existentes.

A prescrição poderá ser feita em receituário simples, proposta que constava no documento encaminhado pelo CRF-SP. Outra alteração é que, pela RDC 20/11, fica permitida a prescrição de outras categorias de medicamentos na mesma receita, desde que não sujeitas a controle especial. Não há limitação do número de itens contendo medicamentos antimicrobianos prescritos por receita.

Em situações de tratamento prolongado, a receita poderá ser utilizada para aquisições posteriores dentro de um período de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão, desde que contenha indicação de uso contínuo, com a quantidade a ser utilizada a cada 30 dias.





QUESTIONAMENTO

Ainda que tenha contemplado boa parte das sugestões feitas pelo CRF-SP, com base em dúvidas e problemas relatados por farmacêuticos, a RDC 20/11 também contém itens que podem ocasionar dificuldades no ato da dispensação dos antibióticos. Sendo assim, o Conselho, atento às sugestões dos farmacêuticos, elaborou um novo documento com outras propostas de adequação à normativa, e o encaminhou à Anvisa dias após a publicação no Diário Oficial da União. “*Nosso objetivo é facilitar o entendimento e tornar o mais viável possível a aplicação das novas regras para a dispensação dos antimicrobianos, até porque defendemos que essas medidas são necessárias no combate à resistência bacteriana*”, afirma o diretor-tesoureiro do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso.

Um dos itens da normativa questionado no documento enviado à Anvisa se refere à obrigatoriedade de a prescrição conter dados como sexo

e a idade do paciente, como disposto no inciso I do artigo 5º da RDC 20/11. Na avaliação do Conselho, tal exigência pode causar transtornos no ato da dispensação tendo em vista que, até então, os prescritores não estavam habituados a incluir essas informações na receita, o que torna necessária a realização de uma ampla campanha de orientação junto aos profissionais habilitados a prescrever medicamentos antimicrobianos.

O documento do CRF-SP sugere ainda que não seja obrigatório o prescritor indicar a quantidade do medicamento a ser dispensada, tendo em vista que pela posologia é possível ao farmacêutico efetuar o cálculo. As duas informações podem gerar dificuldades no momento da dispensação, pois o prescritor pode indicar uma quantidade de caixas que não corresponde à posologia, uma vez que existem várias apresentações para um mesmo medicamento. Confira no quadro desta página alguns pontos da RDC 20/11 questionados pelo CRF-SP.

Renata Gonzalez 

LEIA ALGUNS PONTOS DA RDC 20/11 QUESTIONADOS PELO CRF-SP

RDC 20/11 - artigo 8º

Considerando o artigo 8º da RDC 20/11, onde se lê:

Art. 8º Em situações de tratamento prolongado a receita poderá ser utilizada para aquisições posteriores dentro de um período de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão

§ 1º Na situação descrita no caput deste artigo, a receita deverá conter a indicação de uso contínuo, com a quantidade a ser utilizada para cada 30 (trinta) dias

§ 2º No caso de tratamentos relativos aos programas do Ministério da Saúde que exijam períodos diferentes do mencionado no caput deste artigo, a receita/prescrição e a dispensação deverão atender às diretrizes do programa.

CRF-SP - Surge dúvida sobre como proceder para reutilização da receita nos casos de tratamento prolongado. Na primeira compra, de acordo com a RDC 20/11, o farmacêutico deverá reter a 2ª via, anotando no verso desta (e da 1ª via) a dispensação realizada. Considerando que a retenção desta 2ª via é o comprovante de venda e de movimentação de estoque, qual deverá ser o procedimento adotado caso este paciente se dirija a outro estabelecimento para uma segunda compra? O paciente ficará impossibilitado de reutilizar essa

receita em outros estabelecimentos? Solicitamos esclarecimentos quanto ao procedimento a ser adotado pelo paciente e pelo farmacêutico.

Também solicitamos esclarecimentos sobre como o farmacêutico fará a escrituração da 2ª dispensação com a mesma receita no SNGPC.

RDC 20/11 - artigo 10º

Considerando o artigo 10º da RDC 20/11, onde se lê:

Art. 10. A dispensação de antimicrobianos deve atender essencialmente ao tratamento prescrito, inclusive mediante apresentação comercial fracionável, nos termos da Resolução RDC nº 80/2006 ou da que vier a substituí-la.

CRF-SP - Solicita-se esclarecer o que a Agência entende pela palavra “essencialmente” neste artigo, uma vez que, muitas vezes, na indisponibilidade do medicamento fracionado no mercado, far-se-á necessária a dispensação de quantidade superior ao que foi prescrito.

Os dois pontos foram esclarecidos pela nota técnica publicada pela Anvisa em 17/06/11.

(O questionamento do CRF-SP e a nota técnica da Anvisa estão no portal www.crfsp.org.br)

Entenda o que é, para que serve e como funciona o CRF-SP!

Pode parecer estranho que a Revista do Farmacêutico nº 102 de uma entidade que completa meio século de existência, tenha como tema central explicações básicas sobre sua natureza, suas funções e seu funcionamento, como será demonstrado nessa matéria. Mas, diante do panorama dinâmico da profissão farmacêutica na atualidade, em que há 93 cursos de Farmácia no Estado de São Paulo e das dúvidas que chegam diariamente ao CRF-SP, por meio dos postos de atendimento, telefone e internet, é conveniente completar o ciclo de matérias informativas iniciado na Revista nº 100, quando foi abordado o emprego dos recursos arrecadados e a importância do CRF-SP, passando pela edição nº 101, que demonstrou o esforço da entidade em estimular a capacitação dos profissionais e apontou esse movimento como caminho para a valorização do farmacêutico e a conquista de melhores condições de trabalho.

O QUE SÃO OS CONSELHOS PROFISSIONAIS?

Os Conselhos profissionais são entidades autônomas criadas à época da regulamentação das profissões. São autarquias públicas federais, vinculadas entre si a um órgão central de abrangência nacional. Dessa forma, temos os Conselhos Regionais vinculados a um Conselho Federal, no caso da profissão farmacêutica, temos os CRFs (Conselhos Regionais de Farmácia) com atuação regional, vinculados e subordinados ao CFF (Conselho Federal de Farmácia).

Vale ressaltar que, nas outras profissões consideradas “liberais” como medicina, odontologia,

enfermagem, psicologia, e outras fora da área da saúde, como contabilidade e administração de empresas, existe o mesmo sistema. No caso dos advogados, o órgão que exerce as mesmas funções dos Conselhos leva o nome de “Ordem”, que tem estrutura semelhante (regional e nacional).

Os Conselhos são criados por lei federal (no caso do sistema CFF/CRFs, pela lei 3820/60), e esta estabelece suas funções e finalidades, a maneira como são constituídos e de que forma devem estar vinculados.

PARA QUE SERVEM OS CONSELHOS?

A dúvida mais frequente dos profissionais diz respeito ao papel dos Conselhos: afinal, para que servem essas entidades? Muitos imaginam que se trata apenas de um órgão burocrático “que só serve para cobrar taxas” ou que “só serve para complicar a vida do profissional”. Outros acham que o órgão tem a obrigação de defendê-lo ou de intervir para melhorar as suas condições de trabalho.

A verdade é que os Conselhos profissionais são constituídos pela sociedade para protegê-la! Ao se regulamentar uma profissão, é necessário que alguém, ou algum órgão registre os profissionais aptos para exercer aquela atividade, archive os diplomas, certificando-se de que eles são válidos, crie um prontuário com as informações cadastrais desse profissional, estabeleça normas e limites éticos e fiscalize a sua atuação, assim como as condições de exercício das suas atividades e o



cumprimento da legislação.

O raciocínio básico é o de que, concedida a regulamentação a uma profissão, ela tem que se organizar para que a sociedade não seja submetida a falsos profissionais, ou a profissionais sem escrúpulos ou sem limites que possam vir a causar danos. Assim, dos Conselhos profissionais espera-se que estabeleçam essas regras e as fiscalizem, impedindo que maus profissionais causem danos à sociedade.

Aos próprios profissionais é dada a responsabilidade de comandar essa organização, por isso os Conselhos são dirigidos por membros da própria categoria. Assim como aos próprios profissionais é delegada a responsabilidade de custear todo esse sistema, por isso se pagam anuidades. É como se a sociedade dissesse: querem exercer essa profissão? Organizem-se, sustentem essa organização financeiramente e cuidem para que nenhum de vocês cause dano, e se o fizer, que sejam alertados, repreendidos, punidos ou até mesmo, impedidos de exercer essa profissão.

Sendo assim, o CRF-SP é uma autarquia federal criada por Lei para defender e preservar os interesses da sociedade, que tem o direito à assistência farmacêutica e de receber serviços e produtos farmacêuticos de qualidade.

Serve para fiscalizar o exercício da profissão, atividade que executa com excelência, o que pode ser comprovado pelos altos índices de assistência farmacêutica no Estado. E, quando o farmacêutico realiza um ato que coloca ou pode colocar em risco o cidadão, cabe ao Conselho apurar este ato e, se for o caso, aplicar uma penalidade, ações que são realizadas por meio de um Processo Ético Disciplinar.

Por outro lado, a existência do Conselho resguarda o âmbito de atuação, na perspectiva de garantir espaços privativos, e buscando a inserção do profissional em novos campos de trabalho que estejam relacionados a sua formação.

COMO FUNCIONA O CRF-SP?

Para cumprir suas atividades fixadas por Lei e as estabelecidas no Plano de Gestão, o CRF-SP conta com uma estrutura composta por aproximadamente 280 funcionários, além de farmacêuticos voluntários que compõem as esferas técnicas e administrativas (Plenário, Diretoria, Diretorias Regionais, Comissões de Ética, Comitê de Educação Permanente, Grupos Técnicos, Grupo Farmácia Estabelecimento de Saúde, Comissões Assessoras) que possuem responsabilidades específicas, dentro da entidade. A Plenária e a Diretoria são cargos eletivos.

Os profissionais voluntários mantêm seus empregos e dedicam parte do seu tempo à entidade, sem remuneração. Mesmo os diretores, que são obrigados a empenhar mais tempo por suas responsabilidades, dividem-se entre suas atividades principais e o CRF-SP. Por exemplo, a dra. Raquel Rizzi,



Sede do CRF-SP na capital. Em 2010, foram realizadas 70 mil inspeções no Estado

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CRF-SP

- Zelar pela garantia de que a atividade farmacêutica, no âmbito de sua jurisdição, seja exercida por profissionais legalmente habilitados e conscientes da importância de seu papel social;
- Defender o âmbito profissional e esclarecer dúvidas relativas à competência profissional;
- Habilitar legalmente o farmacêutico para o exercício da profissão por meio de inscrição;
- Registrar as empresas que contam com a atuação do farmacêutico;
- Cuidar da observância dos princípios da ética e da disciplina daqueles que exercem atividades profissionais farmacêuticas no Estado de São Paulo;
 - Fiscalizar o exercício da profissão.



atual presidente, é professora universitária, assim como o dr. Marcelo Polacow Bisson, vice-presidente, que também é capitão farmacêutico na Polícia Militar do Estado de São Paulo e consultor. Já dr. o Pedro Eduardo Menegasso, diretor-tesoureiro, atualmente é responsável pelo departamento de marketing de uma empresa de nutracêuticos e a dra. Margarete Akemi Kishi, secretária-geral, divide seu tempo entre a

atividade docente e a diretoria técnica de uma farmácia homeopática.

Assim, também acontece com outros membros voluntários como diretores regionais, membros de Comissões Assessoras, membros de Comissões de Ética e conselheiros.

Para possibilitar o cumprimento de sua principal atribuição, a maior parte dos investimentos do CRF-SP é realizada no departamento de fiscalização. Quase 40% do orçamento do órgão é gasto com este trabalho. Hoje são 47 fiscais e mais de 70 mil inspeções por ano.

Além disso, a entidade tem uma atuação expressiva e que tem feito a diferença para o farmacêutico do Estado de São Paulo. Realização de cursos e palestras, publicação de materiais técnicos, além de participação de discussões com gestores públicos e com membros do poder legislativo, visando à proposição de projetos que impactem positivamente no trabalho do farmacêutico e da sociedade.

Toda essa estrutura que compõe o CRF-SP é mantida pelas anuidades pagas pelos farmacêuticos e pessoas jurídicas e taxas cobradas pela prestação de alguns serviços. Não há nenhum subsídio do governo ou qualquer outra verba, pelo contrário, parte do valor arrecadado (25%) é destinado ao Conselho Federal de Farmácia.

O QUE O FARMACÊUTICO ESPERA DO CRF-SP?

Apesar de todos esses esforços, alguns colegas ainda têm a impressão de que o órgão não contribui para a melhoria da profissão. Isso fez com

Algumas profissões regulamentadas no Brasil	Conselho	Sigla Regional	Sigla Federal
Médicos	Conselho Regional de Medicina do Estado de SP	Cremesp	CFM
Advogados	Ordem dos Advogados do Brasil	OAB-SP	OAB
Contadores	Conselho Regional de Contabilidade	CRC-SP	CFC
Enfermeiros	Conselho Regional de Enfermagem	Coren-SP	Cofen
Engenheiros, arquitetos e agrônomos	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de SP	Crea	Confea

O CRF-SP TEM A OBRIGAÇÃO LEGAL DE FISCALIZAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO FARMACÊUTICO

Para fiscalizar esse exercício, é necessário defini-lo, ou seja, onde e como o farmacêutico deve atuar (definir o âmbito profissional)

Ao se definir o âmbito, se garante que aquela atividade profissional deve ou pode ser exercida por farmacêutico, em uma das seguintes formas:

Se for uma atividade que **SÓ** o farmacêutico pode realizar, então ela é de âmbito **EXCLUSIVO** do farmacêutico e nenhum outro profissional poderá executá-la. Este mercado fica restrito ao farmacêutico.

Se for uma atividade que o farmacêutico pode realizar, mas outro profissional também pode, ela é de âmbito **COMUM**. Este mercado fica restrito ao farmacêutico e outros profissionais que possuem habilitação/autorização para exercê-la.

Além disso, ao fiscalizar o exercício profissional do farmacêutico, orientando como o farmacêutico deve executar corretamente sua atividade ou, ainda, inibindo condutas antiéticas, o CRF-SP favorece o bom profissional farmacêutico, pois nivela a atividade profissional a um patamar técnico elevado.

que a atual diretoria estivesse sempre preocupada em atender às necessidades dos farmacêuticos demonstrando ao profissional a importância do seu Conselho. “Basicamente, fazemos a pergunta: O que o farmacêutico espera do CRF-SP? Pautamos as nossas ações a partir daí”, diz o diretor-tesoureiro, dr. Pedro Menegasso.

Por estar em evidência, o CRF-SP torna-se alvo de cobranças e é responsabilizado até por aspectos que fogem do seu âmbito de atuação, como é o caso de reclamações a respeito dos baixos salários e jornada de trabalho exaustiva.

O CRF-SP concorda com a indignação dos farmacêuticos sobre os baixos salários e jornadas longas. Realmente não tem cabimento um profissional da

saúde de nível superior receber esse tipo de tratamento. Os diretores, por serem farmacêuticos que atuam no mercado de trabalho, enfrentam diariamente as dificuldades relatadas e, por isso, conhecem os problemas e não se furtam em buscar soluções.

Para o dr. Pedro Menegasso, diretor-tesoureiro, o CRF-SP tem trabalhado para mudar esse quadro. “A população brasileira não conhece o farmacêutico. Não sabe o que ele faz e o porquê de estar ali e, por consequência, muitas empresas mantêm o farmacêutico apenas para cumprir a legislação. Não enxergam o custo x benefício”.

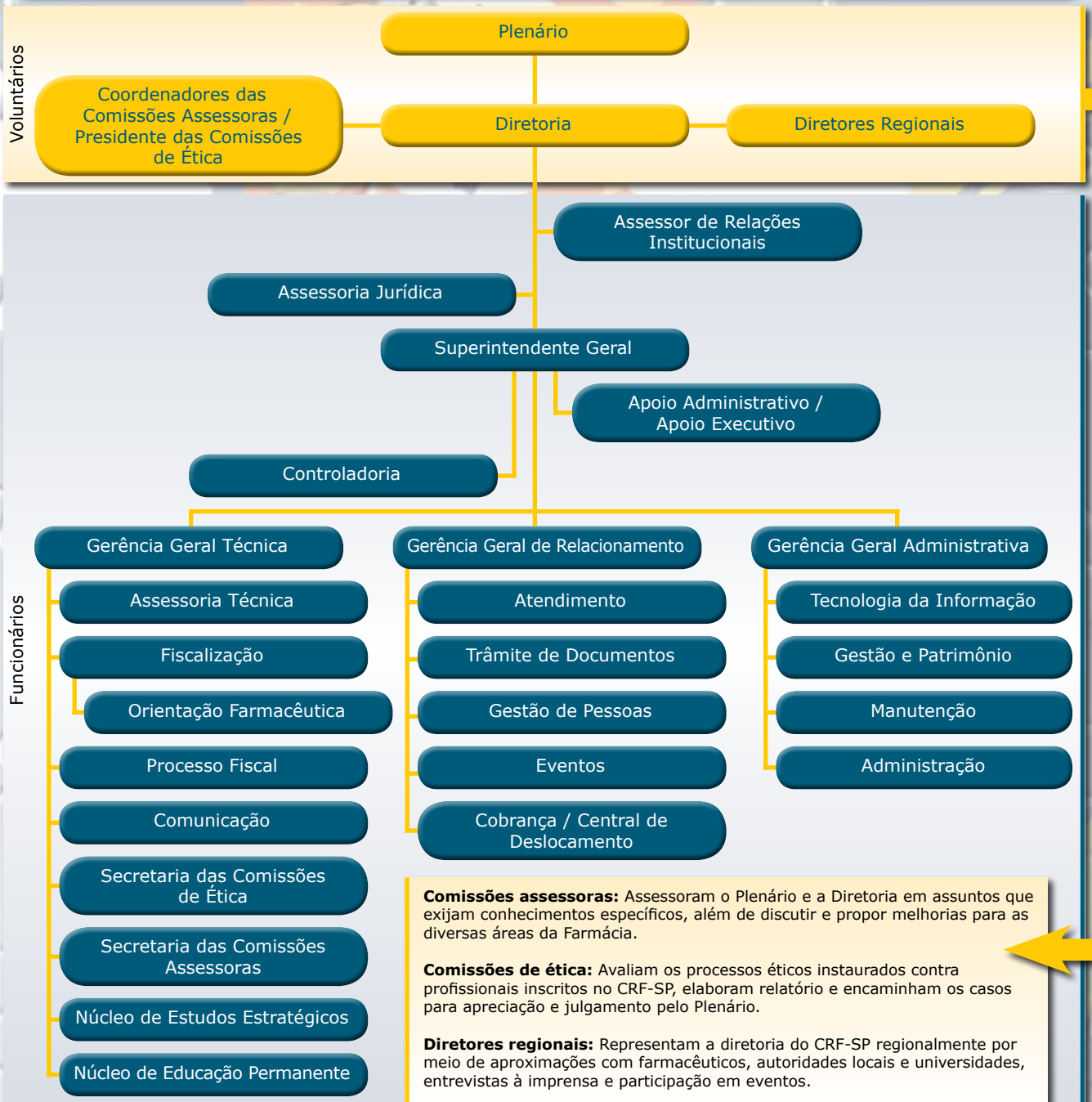
Já para dr. Marcelo Polacow, vice-presidente do CRF-SP, o caminho para resolver este problema é a qualificação profissional, a prestação de

QUEM TRABALHA NO CRF-SP?

- Funcionários admitidos por concurso que recebem salário;
- Funcionários que exercem cargo de livre provimento remunerados, que podem ser admitidos sem concurso, conforme artigo 37 (item 2) da Constituição Federal;
- Farmacêuticos em cargos honoríficos: Atualmente os cargos de diretor, conselheiro, diretor regional, membro de Comissão Assessora e membro das Comissão de Ética são exercidos por pessoas que se prontificam a trabalhar pelo CRF-SP de forma voluntária.



ORGANOGRAMA DO CRF-SP



Comissões assessoras: Assessoram o Plenário e a Diretoria em assuntos que exijam conhecimentos específicos, além de discutir e propor melhorias para as diversas áreas da Farmácia.

Comissões de ética: Avaliam os processos éticos instaurados contra profissionais inscritos no CRF-SP, elaboram relatório e encaminham os casos para apreciação e julgamento pelo Plenário.

Diretores regionais: Representam a diretoria do CRF-SP regionalmente por meio de aproximações com farmacêuticos, autoridades locais e universidades, entrevistas à imprensa e participação em eventos.

Diretoria: Os diretores são conselheiros efetivos responsáveis pela gestão do CRF-SP, que inclui a definição das diretrizes político-administrativas, a defesa da profissão farmacêutica por meio de uma atuação frente a parlamentares e entidades, a participação em eventos, entrevistas à imprensa e outras atribuições estabelecidas na Lei 3820/60 e no regulamento interno do CRF-SP.

Plenário: As atribuições dos conselheiros são debater e decidir sobre assuntos de interesse do farmacêutico, relatar e julgar os processos administrativos inerentes à profissão; apreciar e aprovar os balancetes, a prestação de contas e a proposta orçamentária e deliberar sobre a aquisição e alienação de bens móveis e imóveis.

serviços farmacêuticos e a prática de atividades clínicas, como ocorre em outros países.

Mesmo em situações que extrapolam a sua alçada, o CRF-SP trabalha incessantemente para mudar este cenário. Não há dúvidas de que mais valorizado, o farmacêutico fará a diferença, assumirá responsabilidades dentro da empresa e conquistará mais remuneração.

ATIVIDADE DO CRF-SP AGREGA VALOR À PROFISSÃO FARMACÊUTICA

Se hoje muitas empresas não respeitam o tra-

balho do farmacêutico e o mantêm apenas por obrigação legal (lei 5991/73), já imaginou se não existisse a fiscalização do CRF-SP? Sem as 70 mil inspeções realizadas por ano, certamente, muitas empresas que veem a exigência do farmacêutico responsável técnico apenas como um custo a mais, desnecessário, ao perceberem que não seriam cobrados e nem multados pela ausência do profissional, abririam mão de contratá-los e inúmeros postos de trabalho seriam extintos.

Se hoje o quadro ainda não é o ideal, são inegáveis os avanços conquistados com a fir-

O QUE O CRF-SP PODE E O QUE NÃO PODE FAZER?

PODE



- ✓ Fiscalizar o exercício da profissão (obrigação legal);
- ✓ Exigir que os farmacêuticos atuem de forma ética (obrigação legal);
- ✓ Defender o âmbito de atuação do farmacêutico, inclusive impugnando concursos públicos para garantir que as atribuições privativas não sejam outorgadas a outros profissionais;
- ✓ Punir eticamente o farmacêutico que recebe abaixo do piso salarial, por caracterizar falta ética grave (obrigação legal);
- ✓ Exigir que o farmacêutico cumpra a legislação sanitária e profissional, conforme previsto no código de ética. Ex: Não comercializar alheios, por ser proibido pela Lei nº 5.991/73 (obrigação legal);
- ✓ Exigir que as farmácias e drogarias tenham farmacêutico durante todo o horário de funcionamento (obrigação legal);
- ✓ Dispensar do pagamento da anuidade os aposentados por invalidez ou quem possua idade mínima de 70 anos, nos termos da Resolução CFF 521/09.

NÃO PODE



- ✗ Interditar estabelecimentos irregulares ou ilegais. Esta é uma atribuição conferida por lei para a Vigilância Sanitária;
- ✗ Apreender mercadorias ou produtos para análise. Também se trata de atribuição da Vigilância Sanitária
- ✗ Aumentar o salário do farmacêutico, reduzir a jornada de trabalho ou discutir quaisquer outras questões trabalhistas. Esse tipo de negociação somente cabe ao sindicato;
- ✗ Empregar valores em atividades/eventos de outras entidades. O CRF-SP somente pode utilizar os recursos financeiros para atividades na qualidade de promotor ou co-organizador do evento;
- ✗ Isentar pessoas idosas entre 60 e 69 anos do pagamento de anuidades. O pagamento de anuidades é previsto em lei e resoluções e por se tratar de dinheiro público, somente por intermédio de lei pode ocorrer esta isenção, e o CRF-SP não pode fazer leis ou resoluções;
- ✗ Isentar farmacêuticos que atuam no CRF-SP (funcionários ou voluntários) do pagamento de anuidade. Não é possível, pelo motivo exposto no item anterior;
- ✗ Isentar farmacêuticos proprietários de farmácia do pagamento da anuidade de pessoa física ou jurídica (empresa). A pessoa física (farmacêutico) é distinta da pessoa jurídica (empresa) e a legislação vigente prevê a obrigatoriedade de pagamento de anuidade a todo farmacêutico que exerce a profissão no Estado e também de todo estabelecimento farmacêutico;
- ✗ Perdoar dívidas. Por ser uma autarquia federal é vedado ao CRF-SP conceder remissão de dívidas;
- ✗ Proibir a abertura de novos cursos de Farmácia. Esta é uma atribuição exclusiva do Ministério da Educação (MEC);
- ✗ Impedir o funcionamento de Instituições de Ensino Superior com nível abaixo do desejado. Também se trata de atribuição do MEC;
- ✗ Proibir a abertura de novos estabelecimentos farmacêuticos. Desde que cumpridos os requisitos legais, nenhuma entidade pode proibir a abertura de um estabelecimento;
- ✗ Proibir a abertura de farmácias e drogarias por não farmacêutico. A legislação vigente no País não estabelece que a propriedade de farmácias e drogarias seja privativa de farmacêutico, apenas obriga que estes locais contem com a presença do profissional durante todo o horário de funcionamento;
- ✗ Fiscalizar estabelecimentos não relacionados à área farmacêutica. Neste caso, somente é possível realizar inspeção em locais que comprovadamente estejam realizando atividades relativas a profissão. Ex: fiscalização de mercado, para apurar denúncia de venda de medicamentos.

JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO

Por que o CRF-SP não trabalha para aumentar o salário do farmacêutico e diminuir a carga horária de trabalho? Essas perguntas têm sido feitas por alguns farmacêuticos, entretanto, é importante esclarecer que o CRF-SP não tem nenhum poder para negociar ou estabelecer o piso salarial, muito menos definir a jornada de trabalho. Isso cabe ao Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (Sinfar-SP). Ainda assim, o CRF-SP não se omite, procura empreender ações que valorizem o farmacêutico perante a sociedade e apoia o Sinfar-SP nas suas iniciativas. Além disso, a fiscalização e a constante cobrança sobre as empresas pela presença do farmacêutico mantêm a demanda por vagas/empregos.



me atuação do CRF-SP na garantia da assistência farmacêutica. A dra. Simone Lisot, que hoje ocupa o cargo de superintendente, é testemunha dessas mudanças. Em 1995, quando ingressou no CRF-SP como fiscal, constatou que de 50 visitas que realizava numa semana, apenas cinco registravam a presença do farmacêutico.

Hoje, os dados estão invertidos, ou seja, em 50 visitas, apenas cinco ausências. *“Se não houvesse a efetiva fiscalização, o quadro ainda seria o mesmo. Graças ao trabalho*

do CRF-SP o farmacêutico está nos estabelecimentos e é cada vez mais valorizado”, afirmou.

Por meio de diversas ações, o CRF-SP tem procurado valorizar a profissão perante a sociedade. A estratégia tem sido fazer com que as pessoas passem a perceber a importância do farmacêutico e, por consequência, também passem a exigir das empresas e governos que disponibilizem os serviços desse profissional.

Não há outro meio de alcançar a valorização que todos desejam. Para obtê-la, é necessário contar com o CRF-SP forte e pronto para atuar, assim como com o trabalho de farmacêuticos competentes. 🇧🇷



COMO MODIFICAR A SITUAÇÃO?

Mais do que apenas reclamar das atuais condições salariais ou de trabalho, o farmacêutico tem em suas mãos a oportunidade de se fazer ouvir e mudar a própria realidade. É preciso, por exemplo, participar das assembleias promovidas pelo Sindicato dos Farmacêuticos, colaborar com as entidades profissionais como o CRF-SP, associações e sociedades científicas. Somente levando os problemas do dia a dia para a discussão no coletivo e nas instâncias adequadas e propondo soluções para todos, as mudanças ocorrerão.

Quanto mais farmacêuticos participarem, maior a mobilização e conseqüentemente maior a força da classe perante a sociedade. Acompanhe diariamente os principais acontecimentos da área farmacêutica pelo portal www.crfsp.org.br. Contribua para mudar essa realidade.

PÓS-GRADUAÇÃO

Nutrição Ortomolecular

Ênfase em Manipulação Nutracêutica e Atenção Farmacêutica

Início: Agosto 2011 • Local: Campinas e São Paulo
Carga Horária: 360 Horas Aula + 90 Horas TCC

Aprovado pelo MEC



Excursão Internacional

Feira Internacional de Nutracêuticos

Local: Milão - Itália

Data: 30 Setembro à 09 Outubro

PÚBLICO-ALVO

Farmacêuticos que desejam obter bons conhecimentos e boa formação em bioquímica nutricional, nutrientes e sua aplicação clínica em especial no contexto Farmacêutico.

COORDENAÇÃO

Profa. Esmeralda Lourenço Dias

Realização



PÓS-GRADUAÇÕES



Matrículas Abertas

Fone: 19 3736.6888

Celular TIM: 19 8217.8076 | 19 8217.8077 - Ligação Gratuita*

www.innedita.com

* Ligação Gratuita para Clientes do Pano Liberty Pós de todo Brasil.

Prestação de assistência

A ausência no estabelecimento pode resultar em um processo ético

Quem escolhe ser farmacêutico deve ter a postura de um profissional de saúde. O compromisso assumido ao lidar com vidas começa com o juramento realizado para receber a carteira profissional: “*Juro exercer a profissão farmacêutica com honra, zelo e consciência, seguindo sempre os preceitos éticos e jamais causando qualquer prejuízo à saúde*”.

Especialmente quem opta por assumir a Responsabilidade Técnica de uma farmácia ou drogaria, deve ter claro o real significado da palavra responsabilidade. A primeira e indiscutível atribuição é prestar assistência técnica efetiva ao estabelecimento, conforme os horários declarados perante o CRF-SP.

Todo profissional que assume a Responsabilidade Técnica de um estabelecimento farmacêutico declara seu horário de trabalho, por meio de um Termo de Compromisso. Com isso se obriga a estar presente e está sujeito à constatação por inspeção fiscal.

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ÉTICO

O motivo que mais gera instauração de Processo Ético Disciplinar (PED) é a constatação de três ausências do farmacêutico no período de dois anos, que serão caracterizadas como “Não Prestação de Assistência”.

Assim como acontece a todos os PEDs instaurados, a eventual infração será “tipificada”, ou seja, enquadrada em artigos do Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Salvo alguma especificidade, a constatação de três ausências injustificadas configura infração aos artigos listados no quadro ao lado.

Uma das funções do CRF-SP é garantir a

Código de Ética - Resol. 417/04 do CFF

Art. 6º - Cabe ao farmacêutico zelar pelo perfeito desempenho ético da Farmácia e pelo prestígio e bom conceito da profissão.

Art. 10 - O farmacêutico deve cumprir as disposições legais que disciplinam a prática profissional no País, sob pena de advertência.

Art. 11 - O farmacêutico, durante o tempo em que permanecer inscrito em um Conselho Regional de Farmácia, independentemente de estar ou não no exercício efetivo da profissão, deve:

III. exercer a assistência farmacêutica e fornecer informações ao usuário dos serviços;

Art. 12 - O farmacêutico deve comunicar ao Conselho Regional de Farmácia, por escrito, o afastamento de suas atividades profissionais das quais detém responsabilidade técnica, quando não houver outro farmacêutico que, legalmente, o substitua.


Art. 13 - É proibido ao farmacêutico:

V. deixar de prestar assistência técnica efetiva ao estabelecimento com o qual mantém vínculo profissional, ou permitir a utilização do seu nome por qualquer estabelecimento ou instituição onde não exerça pessoal e efetivamente sua função;

Art. 18 - Na relação com os Conselhos, obriga-se o farmacêutico a:

II. prestar, com fidelidade, informações que lhe forem solicitadas a respeito de seu exercício profissional.

prestação de assistência farmacêutica para a sociedade, bem como mediar as relações entre farmacêutico e sociedade, na perspectiva fundamental de defesa do interesse público. Assim, ao mesmo tempo em que o CRF-SP dá a identidade ao farmacêutico registrando-o, tem a capacidade de reconhecer o eventual erro cometido pelo profissional. Uma infração ética pode ser atribuída pela repercussão que o ato individual causa aos demais profissionais, ao CRF-SP e à sociedade. Por isso, todos os profissionais devem manter estrita relação com o CRF-SP, informando sobre sua vida profissional, de acordo com os artigos 10º, 11º, 12º e 18º do Código de Ética.

A existência profissional do farmacêutico está diretamente ligada à saúde coletiva. Assim, só é possível garantir o uso racional do medicamento estando presente no estabelecimento. 

Alerta aos farmacêuticos

Consciência e controle sobre débitos podem evitar muitos inconvenientes

O CRF-SP alerta aos farmacêuticos que permaneçam com sua inscrição ativa somente nos casos em que estiverem exercendo a profissão no Estado de São Paulo. Existem casos de profissionais que vão morar no exterior e se esquecem de cancelar a inscrição e, quando retornam, se deparam com anuidades e débitos eleitorais gerados no período. Evite esta situação!

Como determina a Lei nº 3.820/60, pessoas físicas e jurídicas inscritas no CRF-SP estão obrigadas a pagar regularmente anuidades e eventuais multas administrativas. Por ser uma autarquia federal e administrar dinheiro público, é vedado ao CRF-SP, por força de lei, conceder anistia de débitos. Além disso, a entidade é obrigada a ingressar com ação de execução fiscal para cobrar os seus créditos.

Vale informar que o Conselho não insere o nome de seus inscritos nos cadastros de proteção ao crédito, sendo tal medida adotada pelo Poder Judiciário durante a ação executiva fiscal, que é regulamentada pela Lei nº 6.830/80.

Para evitar o transtorno de possuir uma ação de cobrança, é fundamental manter o cadastro atualizado e pagar os débitos em dia.

RESPEITO AOS INSCRITOS

Apesar da lei não obrigar, é uma política adotada pela atual diretoria do CRF-SP esgotar todas as tentativas de contatos com o farmacêutico para realizar uma cobrança amigável, inclusive com ampla informação sobre os débitos e suas origens, antes de propor cobrança judicial. Esta medida é adotada em respeito às pessoas físicas e jurídicas inscritas em seus quadros, para dar a oportunidade de acertar sua dívida, evitando transtornos futuros.

A qualquer momento, os inscritos podem solicitar o parcelamento dos débitos mesmo após a propositura da ação de cobrança. Basta procurar o Atendimento do CRF-SP na sede, subsede ou seccionais para consultar as formas de pagamento disponíveis, ou pelo telefone: (11) 3067-1450. 🌐



30 anos de dedicação à Farmácia Hospitalar

A memória viva de uma das profissionais que integrou a equipe responsável pela implementação do serviço de Farmácia do Hospital das Clínicas de SP

No seletivo grupo de diplomados do curso de Farmácia da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP do ano de 1949, o nome da dra. Angelina Dirce Zanchetta Briso é o primeiro da lista. Naquela época, o ingresso da mulher no mercado de trabalho era incipiente e ainda visto como um tabu. Mas para a então jovem formanda de 24 anos, enfrentar as barreiras do preconceito era essencial se quisesse exercer a profissão escolhida.

Ao perseguir seu ideal, tornou-se, no início dos anos 50, uma das profissionais que participaram da fase de modernização da farmácia hospitalar do Hospital das Clínicas (HC) do Estado de São Paulo, atualmente a maior da América Latina e considerada modelo de integração e excelência na assistência farmacêutica. Ainda na faculdade, dra. Angelina ingressou no HC como estagiária, sendo depois efetivada como oficial de farmácia e, em pouco tempo, como farmacêutica. Mais tarde, estudou Administração Hospitalar na Faculdade São Camilo (hoje Centro Universitário).

Aos 86 anos, ela conta com orgulho que fez parte da equipe do Prof. Dr. José Sylvio Cimino, na época diretor do Serviço de Farmácia do HC e autor da primeira publicação sobre Farmácia Hospitalar do país. *“Foi um excelente profissional e chefe, tínhamos muito respeito por ele. Fez gran-*

des contribuições para que a divisão de farmácia do HC se tornasse o que é hoje”, afirma.

Dra. Angelina relembra que, de início, eram cinco farmacêuticos. Havia uma farmácia e um pequeno laboratório dividido em duas seções: injetáveis e não-injetáveis. Lá ocorria a produção de cerca de 20 medicamentos e outros produtos como vitamina C, ácido fólico, desinfetantes e sabonetes líquidos. *“Os procedimentos eram todos manuais, o que exigia atenção extrema da equipe para que nada saísse errado”.*

Apesar do processo rudimentar de produção que marcou os primeiros anos de funcionamen-



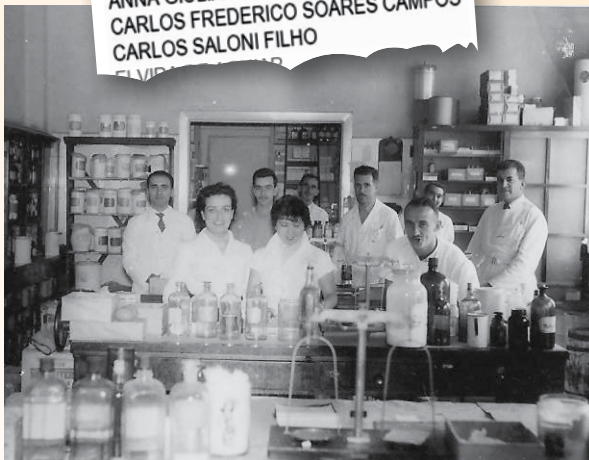
Renata Gonzalez

Dra. Angelina Zanchetta Briso: *“farmacêutico conquistou espaço e hoje é respeitado dentro dos hospitais”*

RELAÇÃO DE DIPLOMADOS EM FARMÁCIA E FARMÁCIA-BIOQUÍMICA PELA ANTIGA FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, DESDE O ANO DE 1934.

1949
FARMACÊUTICOS

ANGELINA DIRCE ZANCHETTA BRISO
ANNA GIULIANI PAVAN
CARLOS FREDERICO SOARES CAMPOS
CARLOS SALONI FILHO



Serviço de Farmácia do HC em 1958: nos primeiros anos, equipe contava com cinco farmacêuticos

to da unidade, o Serviço de Farmácia do HC já se destacava, pois era inovador um hospital produzir parte dos medicamentos que utilizava. *“Até então éramos vistos como simples oficiais de farmácia, mas no decorrer dos anos conquistamos o nosso espaço. Hoje o farmacêutico é respeitado dentro dos hospitais”*, compara a farmacêutica.

Com igual orgulho demonstrado ao revelar que é contemporânea do dr. José Cimino, dra. Angelina conta que também trabalhou com o dr. George Washington Bezerra da Cunha, que em 1975 assumiu o Serviço de Farmácia do Instituto de Coração (Incor) do HC, onde permanece até hoje.

Nesta fase, a farmacêutica passou a ter mais contato com os pacientes e organizou um sistema com fichas individuais para cada pessoa atendida, o que até então só era feito nos ambulatórios. *“Comparado com o controle feito hoje diretamente nos computadores, o sistema de fichas parece simples demais, mas na época nos ajudou muito a organizar a farmácia e atender melhor os pacientes”*.

**Se outra vida eu tiver,
quero ser farmacêutica
do Hospital das
Clínicas novamente**

“INJEÇÃO EM GALINHAS”

Dona de excelente memória, capaz de remontar a detalhes minuciosos da rotina de trabalho ao longo de três décadas na farmácia do HC, dra. Angelina lembra que o desejo de estudar Farmácia nasceu na infância. Nascida em Palmital, no interior paulista, ainda pequena cuidava da horta com plantas medicinais. Sempre que alguém ficava doente, era ela quem preparava chás e indicava ervas para curar tosse e dor de barriga, por exemplo. *“Meu pai dizia que, se um dia tivesse condições, pagaria meus estudos para eu me formar em Medicina ou Farmácia”*.

Ela também atribui a escolha profissional a uma brincadeira de criança. *“Morávamos em uma fazenda e tínhamos criação de galinha. Eu e uma prima brincávamos com os bichos; ela fazia de conta que cortava o cabelo das galinhas, e eu fingia dar injeção nelas. Conclusão: minha prima se tornou cabeleireira, e eu, farmacêutica”*, conta, aos risos, a dra. Angelina, que curiosamente tinha preferência pelo setor de injetáveis quando trabalhava no HC.

Nenhum dos três filhos da farmacêutica seguiu a carreira da mãe. Dois deles cursaram Economia, e um se formou em Engenharia como o pai, engenheiro de refrigeração casado há 62 anos com a dra. Angelina. *“Mas sou feliz porque tenho um sobrinho farmacêutico que trabalha em laboratório”*.

A exemplo de muitas mulheres dos dias atuais, a dra. Angelina viveu por décadas a dupla jornada realizada em casa e no trabalho. Foi assim até 1979, quando se aposentou como farmacêutica-chefe do setor de entorpecentes. Também por conta da dupla jornada, recusou o convite para suceder o dr. José Cimino na diretoria e para assumir a farmácia do então recém-criado Instituto da Criança do HC. *“Enfrentei dificuldades nessa longa jornada, mas valeu muito a pena. Se outra vida eu tiver, quero ser farmacêutica no HC novamente”*. **Renata Gonçalves, com a colaboração de Luana Frasca** 🌍



Dispensação integrada

Farmacêuticos e médicos do interior se reúnem para discutir ação integrada e evitar erros de dispensação

A Seccional de Presidente Prudente do CRF-SP e a Associação Paulista de Medicina (APM), da mesma cidade, realizaram encontro pioneiro com o objetivo de integrar as áreas de atuação e promover a racionalização dos tratamentos farmacoterápicos. Médicos e farmacêuticos presentes no auditório da APM da cidade,

em 4 de maio, foram unânimes em concordar com a necessidade da colaboração mútua e com o compromisso de promover a educação em saúde.

O diretor-tesoureiro do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, apresentou os principais problemas causados pela dispensação incorreta de medicamentos e destacou como a comunicação entre prescritores e dispensadores pode ser uma oportunidade para identificar, corrigir e reduzir erros.

“Os profissionais de saúde estão isolados. Não há integração entre as áreas e quem traz as informações é o próprio paciente”, explicou o dr. Pedro Menegasso, que sugeriu uma integração para a melhoria e racionalidade dos tratamentos.

O diretor do CRF-SP apresentou vários exemplos de receituários incorretos ressaltando que o farmacêutico também deve avaliar atentamente as prescrições sob risco de incorrer em erros de dispensação. “É dever do dispensador verificar os itens constantes na receita, como a legibilidade, a identificação do usuário e do médico (com respectivo número de registro profissional), duração do tratamento, local e data”.



Compondo a mesa, da esq. para dir.: dr. José Toledo, dra. Nádia, dr. Paulo, dr. Ademar, dr. Adriano e dr. Pedro

Carlos Nascimento

Ao final, houve espaço para um debate, quando médicos e farmacêuticos puderam esclarecer dúvidas e dividir suas experiências.

O presidente da Associação Paulista de Médicos de Presidente Prudente, dr. Paulo Mazaro, mostrou-se otimista com o encontro e defendeu uma relação fortalecida entre médicos e farmacêuticos. “Este é o começo de um trabalho que tem tudo para gerar bons frutos”, disse.

Também participaram da mesa de debates o dr. Ademar Anzai, diretor distrital da APM, dr. José Toledo Godoy, presidente da Associação dos ex-presidentes da APM, dra. Nádia Regina Alvim, diretora regional da Seccional Presidente Prudente do CRF-SP, dr. Adriano Falvo, professor da Unoeste e representante do CRF-SP na comissão externa de implantação e acompanhamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da Anvisa.

Prestigiaram o evento a dra. Priscila Dejuste, conselheira e coordenadora do grupo Farmácia Estabelecimento de Saúde, e a conselheira dra. Cecília Shimoda. **Carlos Nascimento** 🌐

Integração pode ajudar a corrigir e reduzir erros na dispensação de medicamentos



Saúde Pública

Cosems apresenta propostas para melhoria do SUS

O CRF-SP participou do XXV Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosems), em Santos, entre os dias 29 de março e 1º de abril de 2011. O evento reuniu os administradores da área de saúde das principais cidades do Estado e profissionais que atuam no setor público com a finalidade de debater propostas para a melhoria da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

O estande do CRF-SP despertou o interesse dos profissionais presentes e, na avaliação da diretora regional da Seccional de Santos, dra. Roseli Simões Barreto, as trocas de experiências, além dos contatos feitos durante os quatro dias de congresso, foram muito positivos. *“Fomos muito procurados e nossos materiais de campanhas de saúde e folders foram muito solicitados e bem recebidos”*, disse.

Assim também avaliou o dr. Israel Murakami, que é conselheiro do CRF-SP e coordena-

dor da Comissão Assessora de Saúde Pública da capital. *“Procuramos atender as expectativas e esclarecer as dúvidas dos farmacêuticos, médicos, dentistas e gestores. Este contato permitiu a divulgação das atividades do Conselho”*, afirmou.

A dra. Margarete Akemi Kishi, secretária-geral do CRF-SP, também prestigiou o evento representando a diretoria.

Segundo a presidente do CRF-SP, dra. Raquel Rizzi, é fundamental a participação do Conselho nesse tipo de evento, pois é uma oportunidade de aproximação com os gestores municipais e, com isso, demonstrar a importância da atuação farmacêutica no serviço público. *“A entidade está atenta a todas as oportunidades de inserção do profissional na área pública e não economizamos recursos para garantir a valorização do farmacêutico”*, destacou.

MINISTRO DA SAÚDE

O ponto alto do encontro foi a presença do ministro da saúde, Alexandre Padilha, que participou de um debate sobre a situação atual e perspectivas para o SUS. O ministro ouviu sugestões e defendeu a melhoria do financiamento da saúde pública e resolução dos problemas enfrentados pelo sistema.

“O SUS tem a mostrar para o mundo que é um sistema de referência em saúde. No entanto, temos que reconstruir uma aliança com a população e com o conjunto da sociedade, sem a qual não é possível avançar”, afirmou o ministro em seu discurso.

Carlos Nascimento 



Carlos Nascimento

O estande do CRF-SP no Cosems 2011 despertou o interesse dos profissionais da saúde pública

Dispensação em debate

Farmacêuticos apontam as dificuldades e propõem melhorias para a área

O CRF-SP promoveu pela primeira vez o simpósio “Varejo Farmacêutico: novos horizontes para a atuação profissional” em 21/05, no Centro Universitário São Camilo, na capital. O evento, proposto e organizado pelo grupo Farmácia Estabelecimento de Saúde, teve o objetivo de discutir as principais dificuldades dos farmacêuticos que atuam na dispensação de medicamentos e encontrar soluções viáveis para a área. O simpósio contou com apresentações de experiências positivas como as do Grupo Pão de Açúcar, da rede Farma & Farma e da Farmácia Farma Cura (interior de SP).

A necessidade do farmacêutico envolver-se com o aprimoramento profissional foi um ponto comum em todas as palestras, assim como o investimento na prestação de serviços como diferencial para o estabelecimento. Dois painéis foram encerrados por um espaço de discussão, moderados pelo dr. Pedro Menegasso, diretor-tesoureiro do CRF-SP. Representantes da Federação Brasileira das Redes Associativistas de Farmácias (Febrafar), da ABCFarma, do Sindicato do Comércio Varejista (Sincofarma) e da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) debateram com o CRF-SP e a Anvisa sobre o impacto das regulamentações, o excesso de carga tributária e a necessidade de valorização profissional.

Para dra. Priscila Dejuste, que também é conselheira do CRF-SP, um dos objetivos do grupo é propor práticas que caracterizem a farmácia como estabelecimento de

O farmacêutico precisa deixar de ser encarado apenas como um técnico ou uma exigência legal



Dra. Priscila Dejuste coordena o Grupo Farmácia Estabelecimento de Saúde, idealizador do evento

Fotos: Thais Noronha



Dr. Marcos Fiaschetti (IDVF), dra. Margarete Kishi, dr. Marcelo Polacow, dr. Pedro Menegasso (CRF-SP) e dra. Maria Eugênia Cury (Anvisa) durante o espaço de discussão

saúde. “Isso passa por alternativas de viabilidade econômica e um dos melhores caminhos para os estabelecimentos que querem seguir essa proposta é a prestação de serviços farmacêuticos”.

DESAFIOS, DIFICULDADES E PROPOSTAS

A palestra do dr. Marcelo Polacow, vice-presidente do CRF-SP, chamou a atenção para os problemas na dispensação. Entre eles, a baixa remuneração, escalas de trabalho exaustivas, excesso de questões burocráticas e falta de tempo para atuar como assistencialista.

Para o dr. Marcelo, o CRF-SP acredita na prestação de serviços como forma de aumento da receita do estabelecimento e para valorizar o farmacêutico. “Ele precisa estar envolvido no plano de negócio da empresa e não ser encarado apenas como um técnico ou uma exigência legal”.

Além da excelente participação dos profissionais, que compareceram em grande número, também participaram a dra. Raquel Rizzi, presidente, dra. Margarete Kishi, secretária-geral, conselheiros, diretores e vice-diretores regionais e membros de Comissões Assessoras do CRF-SP. **Thais Noronha** 🌍

Anorexígenos

CRF-SP e Cremesp promovem Fórum para defender a utilização desses medicamentos no Brasil

Mais um importante debate acerca da proposta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de proibição dos medicamentos anorexígenos foi realizado em 26 de maio, no auditório do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp).

O Fórum: Impactos da Proibição dos Anorexígenos no Brasil, uma iniciativa conjunta entre o CRF-SP e Cremesp, reuniu representantes da classe médica e farmacêutica que apresentaram argumentos técnicos e debateram sobre as consequências negativas para a saúde pública caso esta classe de medicamentos seja retirada do mercado.

Defendendo a posição da Anvisa, a dra. Maria Eugênia Cury, chefe do Núcleo de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária, disse que a Agência verificou a existência de problemas de eficácia e segurança associados ao uso destes medicamentos. Ela afirmou que o relatório da Anvisa apresenta estudos técnicos conclusivos sobre os riscos do consumo de anorexígenos ligados a doenças cardiovasculares e a distúrbios comportamentais.

Os representantes dos setores médico e farmacêutico presentes no evento sugeriram medidas mais restritivas para o comércio dos anorexígenos e não apoiaram a proposta da Agência de proibição destes produtos. Assim também argumentou a dra. Raquel Rizzi, presidente do CRF-SP e integrante da mesa de debates. “Podemos adotar medidas para evitar os riscos desses medicamentos como a implantação de boas



Carlos Nascimento

Da esq. para dir.: dr. Pedro, dra. Ieda, dra. Raquel e dra. Maria Eugênia. Debate gerou documento enviado à Anvisa

práticas de dispensação, aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) e melhorando o relacionamento entre o prescritor e o dispensador”, disse a presidente.

Farmacêuticos e médicos apresentaram argumentos contrários à proibição dos anorexígenos

Também apresentaram informações técnicas e argumentos contrários à proibição dos anorexígenos, o dr. João Eduardo Salles, representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem) e o dr. Mauro Aranha de Lima, médico psiquiatra e vice-presidente do Cremesp.

Na segunda parte do encontro, foi realizado um debate mediado pelo dr. Pedro Menegasso, diretor tesoureiro do CRF-SP, e pela dra. Ieda Therezinha Verreschi, do Cremesp. As discussões e argumentos apresentados serviram de base para um documento enviado à Anvisa que, no entendimento dos organizadores, poderá contribuir para que a Agência reconsidere as manifestações e adote uma posição de consenso. **Carlos Nascimento** 🌐

Diagnóstico da Farmácia Hospitalar

CRF-SP quer traçar panorama dos farmacêuticos hospitalares do Estado de São Paulo. Projeto-piloto traz primeiros resultados de Guarulhos e região

Levantamento inédito feito pelo CRF-SP, coordenado pela Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar e sua correspondente regional de Guarulhos, traça o perfil dos farmacêuticos hospitalares que atuam na região da seccional guarulhense. O objetivo é que o panorama geral desses profissionais subsidie as ações da entidade voltadas para o setor.

Idealizadora da iniciativa, a Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar Regional de Guarulhos coletou os dados no final do ano passado, apresentando os resultados durante reunião realizada em maio. Atuaram neste trabalho a coordenadora e vice-coordenadora da Comissão, dra. Aline Palmeira dos Santos e dra.

Levantamento será feito nas demais Seccionais que possuem Comissões de Farmácia Hospitalar

Cíntia dos Santos Ribeiro; o diretor da Seccional, dr. Fábio Cristiano Garcia; o vice-diretor dr. Emanuel Pires de Araújo (também vice-coordenador da Comissão Regional), além do dr. Gustavo Alves Andrade dos Santos, coordenador da Comissão de Farmácia Hospitalar da Sede. Outros voluntários das Comissões da sede e de Guarulhos, além de farmacêuticos hospitalares da região também colaboraram.

Todo o processo de coleta de dados foi realizado de forma a preservar o sigilo e confidencialidade dos participantes. As informações foram coletadas em hospitais públicos e particulares da região, e revelaram os pontos fortes e fracos da atuação do farmacêutico hospitalar. Um dos aspectos preocupantes detectados no levantamento é o fato de as unidades de farmácia dos hospitais de Guarulhos e municípios vizinhos com funcionamento 24 horas, em sua maioria, não contarem com farmacêutico em período integral.

Por outro lado, a maioria das farmácias hospitalares daquela região apresenta áreas exclusivas para o estoque e para a dispensação de medicamentos. Sessenta por cento das unidades participantes contam com sistema de dispensação por dose unitária, embora o conceito utilizado no levantamento do CRF-SP tenha considerado apenas a dispensação



Divulgação / Ministério da Saúde

Falta de assistência farmacêutica em período integral nas farmácias hospitalares é umas das preocupações do setor

de maneira ordenada, com o fracionamento de alguns medicamentos de apresentação oral, não incluindo os injetáveis.

O levantamento também mostrou que somente 40% das unidades hospitalares realizam os registros das ações de Atenção Farmacêutica e Farmácia Clínica, o que compromete a demonstração dos benefícios gerados pelas intervenções realizadas pelos farmacêuticos. Todas as unidades apuradas dispõem de algum material para consulta e possuem acesso à internet, o que subsidia atividades administrativas e assistenciais.

Com a finalização do projeto, a Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar Regional de Guarulhos tem em mãos um importante instrumento que permitirá direcionar melhor os seus trabalhos. *“Essas informações certamente irão contribuir para uma melhor atuação e valorização do farmacêutico hospitalar em nossa região”*, afirmou a dra. Aline dos Santos.

EXEMPLO A SEGUIR

O projeto-piloto desenvolvido pela Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar de Gua-



Membros das Comissões Assessoras de Farmácia Hospitalar de Guarulhos e da Sede durante reunião com diretores da Seccional e farmacêuticos que atuam em unidades hospitalares da região

Experiência permitirá ao CRF-SP direcionar melhor as ações para a valorização do farmacêutico hospitalar

arulhos recebeu o apoio da diretoria do CRF-SP, que sugeriu a adesão à proposta por parte das Comissões das outras seccionais. Para o diretor-tesoureiro do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, a iniciativa é mais que oportuna. *“Ao se obter dados sobre um setor de atuação do farmacêutico, podemos direcionar e adequar ações das nossas comissões assessoras e obter resultados efetivos”*, destaca o dr. **Renata Gonzalez** 🌍

RAIO-X DAS FARMÁCIAS HOSPITALARES DE GUARULHOS E REGIÃO

A maioria
das unidades hospitalares com funcionamento 24 horas não conta com assistência farmacêutica em período integral

60%

das unidades pesquisadas utilizam sistema de dispensação por dose unitária (não inclui os injetáveis)



Apenas **40%**

das farmácias hospitalares realizam os registros de ações de Atenção Farmacêutica e Farmácia Clínica



Em defesa do setor magistral

Com 7.100 associados em todo o país, Anfarmag completa 25 anos de intenso trabalho e conquistas para o setor

Foi com o intuito de resgatar a atividade de manipulação no país e, sobretudo, defender as necessidades do setor que um grupo de profissionais fundou, há 25 anos, a Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag). Passadas quase três décadas de intenso trabalho e muitas conquistas em favor da promoção do medicamento magistral, a entidade representa atualmente os interesses de cerca de 7.100 estabelecimentos em todo o país, com sucursais e regionais distribuídas em diversos estados. No Estado de São Paulo, onde ficam a sede e outras seis sucursais, são 2.586 farmácias associadas.

Ao longo dos últimos 25 anos, muitas ações foram realizadas em benefício do setor, como a edição de guias profissionais que colaboraram com as políticas públicas voltadas ao uso racional de medicamentos, o que resultou num melhor relacionamento com os prescritores, especialmente os médicos.

Outro trabalho que virou referência foi a criação de um programa de autorregulação e de controle de qualidade, o SINAMM (Sistema Nacional de Aperfeiçoamento e Monitoramento Magistral), em 2006. O Sistema padroniza o conhecimento de todas as farmácias participantes por meio de um programa de educação continuada exibido pelo canal de televisão exclusivo (TV Farma), transmitido via web.

NOVA DIRETORIA

No mês de maio foi realizada em Brasília a cerimônia de posse da nova diretoria da Anfarmag para a gestão 2011/2013, tendo como presidente o dr. Ademir Valério, também conselheiro suplen-

te do Conselho Federal de Farmácia (CFF) pelo Estado de São Paulo. A solenidade contou com a presença do diretor-tesoureiro do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso.

Em seu discurso de posse, dr. Ademir reafirmou o compromisso da Anfarmag em atuar na defesa do setor.

“Assumo a entidade com a missão de colaborar decisivamente para o aprimoramento das relações institucionais, profissionais e técnicas da farmácia magistral brasileira”.

De acordo com as propostas anunciadas ainda durante a campanha, a nova diretoria deverá promover reformas administrativas e técnicas para o fortalecimento da entidade e em defesa dos interesses do segmento magistral. Foi anunciado o desenvolvimento de um programa de resgate de associados inativos, reestruturação das tecnologias de informação, reformulação do atendimento técnico, dentre outras ações. 🌐



Dr. Ademir Valério, presidente eleito para a gestão 2011/2013

Divulgação

Para mais informações sobre a Anfarmag, acesse www.anfarmag.org.br.



INSCRIÇÕES ABERTAS!
Turmas em agosto.

»» CURSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO EM PESQUISA CLÍNICA.



Vagas limitadas. Garanta já a sua!

O curso que abre as portas para este novo mercado de trabalho.



Informações, valores e a programação completa:

www.cepic.com.br | cepic@cepic.com.br | (11) 2271 3450

O programa busca ampliar a visão e compreensão dos conhecimentos regulatórios, éticos, processuais, assim como as noções de administração de custos, tempo e pessoas, formando extraordinários gestores em pesquisa clínica.

- : 4 módulos de aula
- : aulas dinâmicas
- : palestrantes experientes
- : exercícios práticos
- : estágio prático com horários flexíveis
- : suporte on-line via e-mail
- : preço justo



Rua Moreira e Costa, nº342,
Ipiranga – São Paulo/SP

Resultado eficaz

Acupuntura diminui dores, vômitos, insônia e outros efeitos colaterais causados por medicamentos em pacientes imunodeprimidos

Ao receber o diagnóstico de uma doença como câncer ou HIV é natural que haja uma desestabilização tanto emocional quanto física. No decorrer do tratamento pode haver desconfortos causados pelos efeitos adversos dos medicamentos. Além disso, os pacientes tendem a ficar mais suscetíveis a outras doenças como infecções virais e bacterianas. Para atuar na prevenção dessas patologias oportunistas e especialmente na diminuição das reações adversas dos medicamentos, a acupuntura oferece resultados positivos e interfere na qualidade de vida dos pacientes.

O resultado eficaz da acupuntura vem sendo comprovado cientificamente desde a década de 70. Em 1979, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou uma lista com 41 doenças que apresentaram excelentes resultados com o tratamento de acupuntura. Em 2002, após uma série de pesquisas em renomadas instituições do mundo, a OMS editou o documento *Acupuntura: revisão e análise de exames clínicos controlados*, que mostra a eficácia da acupuntura em comparação ao tratamento convencional para 147 doenças, sintomas e condições de saúde.

No caso de pacientes oncológicos, doenças como candidíase, xerostomia (diminuição da saliva) e anemia e sintomas como insônia, dores, falta de apetite e baixa autoestima são combatidos e principalmente prevenidos com a acupuntura, melhorando o estado imunodeprimido dos pacientes.

A acupuntura trata qualquer indivíduo, em qualquer idade e qualquer situação

Na área há seis anos, dr. Marcos Marinho Bernardini, membro da Comissão Assessora de Acupuntura do CRF-SP, destaca um caso de sucesso que o fez apaixonar-se pela acupuntura quando trabalhava em um hospital referência em câncer. O protocolo padrão era a indicação de codeína e posteriormente morfina, cada vez em doses mais altas, para alívio das dores em estágios avançados da doença. Certo dia esta rotina foi quebrada por um paciente portador de um câncer já avançado e sem possibilidade de evento cirúrgico. *“Durante a consulta, ele relatou que não necessitava mais de morfina, porque as sessões de acupuntura fizeram as dores amenizarem e, em algum momento, desaparecerem completamente.”* Assim que outros pacientes souberam, também aderiram à nova terapia e os resultados foram igualmente benéficos.



Divulgação / Ministério da Saúde

Tratamentos contra o câncer, como a quimioterapia, trazem efeitos colaterais que podem ser amenizados com a acupuntura



Para o professor e membro da Comissão de Acupuntura do CRF-SP, dr. Maurício Perine, a acupuntura trata qualquer indivíduo, em qualquer idade e em qualquer situação. “Mesmo que não se obtenha a cura de uma patologia, consegue-se uma grande melhora na qualidade de vida dos pacientes.”

O uso da acupuntura pelos soropositivos também tem apresentado resultados surpreendentes, melhorando a série de efeitos colaterais causados pelos antirretrovirais. No entanto, os especialistas alertam que a acupuntura deve ser apenas uma terapia complementar sem deixar de lado o tratamento medicamentoso.

A acupuntura pode ser aliada a uma técnica chamada moxabustão (foto), que consiste no aquecimento dos pontos em que estão as agulhas, trazendo energia e calor que, levados diretamente à profundidade dos tecidos, provoca vasodilatação, efeito anti-inflamatório e analgésico.

A também professora e membro da Comissão de Acupuntura do CRF-SP, dra. Ana Tarina A. Lopes, realiza um trabalho de *home care*. Para ela, atender os pacientes em casa é um facilitador importante, já que os indivíduos sentem-se mais à vontade e, com isso, acrescentam ao relato de sua ficha informações mais detalhadas sobre a melhora de seu quadro.

Outra vantagem da acupuntura em casa é a visualização do ambiente no qual vive o paciente e as pessoas com as quais ele convive. “Os familiares muitas vezes adotam técnicas complementares ao tratamento juntamente com o pa-



Thais Noronha

Técnica associada à moxabustão que alivia dores musculares, atua na deficiência energética, harmoniza e tonifica, além de facilitar a circulação

ciente. Como nos casos em que há a indicação de dietoterapia”, diz a dra. Ana.

NAS MÃOS DO FARMACÊUTICO

Quando se trata do uso de medicamentos, ninguém mais conhecedor dos mecanismos de ação, interações, efeitos adversos ou superdosagens do que o farmacêutico. Quando este profissional é também acupunturista, os proveitos são ainda maiores. **Thais Noronha** 🌍



Renata Gonçalves

Comissão Assessora de Acupuntura do CRF-SP reúne-se periodicamente para debater assuntos pertinentes à área e propor melhorias



Mais rigor na importação

Empresas do setor têm de se adaptar a mudanças estabelecidas pela RDC 10/11. Objetivo é assegurar a qualidade de medicamentos vindos do exterior

Desde o início do ano, empresas que atuam no ramo de importação de medicamentos estão submetidas às novas regras estabelecidas pela RDC 10/11, que tem o objetivo de garantir a qualidade desses produtos. Em vigor desde a data da publicação no Diário Oficial da União, em 24 de março de 2011, a nova resolução impôs mudanças no setor, sendo a principal delas

a exigência de laboratório de controle de qualidade na própria importadora desde o primeiro dia de funcionamento. A norma veta a contratação de serviços de terceiros para a realização de ensaios de controle de qualidade.

Essas medidas atingem, sobretudo, empresas que trabalham estritamente com importação de medicamentos. Isso porque a exigência do labora-





tório de controle de qualidade próprio passa a ser um requisito fundamental para obtenção da Autorização de Funcionamento do Estabelecimento (AFE), documento imprescindível a qualquer empresa do setor para dar início a seu funcionamento legal perante a Anvisa.

O farmacêutico dr. João Carlos Escobar, diretor geral de uma indústria farmacêutica que também importa medicamentos, explica que era comum os estabelecimentos com atividade cem por cento importadora, ou seja, sem fabricação local, iniciarem o funcionamento terceirizando as análises de controle de qualidade pelo período permitido pela Portaria 185/99 (revogada pela RDC 10/11).

Sob o ponto de vista técnico-sanitário, terceirizar o controle de qualidade ou realizá-lo em laboratório próprio não tem diferença, de acordo com o dr. João Carlos. *“Isso já era exigido e realizado pelas importadoras. Quando terceirizado, era necessário a aprovação prévia da Anvisa, o que não eximia o contratante da responsabilidade sobre o produto”*.

Embora com menor impacto, a RDC 10/11 também impôs novas regras às empresas fabricantes de medicamentos no Brasil que também trabalham com importação (com exceção dos biológicos, que possuem legislação específica). Sendo assim, todas as importadoras deverão assegurar que a empresa exportadora possui procedimentos operacionais padrão que especifiquem os detalhes relativos às operações de transporte, incluindo o acondicionamento e o tamanho da carga, o número de registradores de temperatura, umidade e posição dos equipamentos, para garantir representatividade em relação à carga.

Na opinião da dra. Lenita Gnochí, farmacêutica que trabalha em um laboratório que também importa medicamentos, a RDC 10/11 veio para oficializar procedimentos que muitas importadoras e distribuidoras já aplicavam na prática. *“Há pontos positivos e negativos na RDC, mas nada que as empresas não consigam se adequar”*.


Se por um lado a Resolução exigiu adaptações por parte das empresas importadoras de medicamentos, por outro a normativa permitiu algumas facilidades. Uma delas é a não-obrigatoriedade da realização de ensaios completos de controle de qualidade em cada carga recebida, lote a lote, de todos os medicamentos importados. Porém, deve realizar, no mínimo, os testes registrados para teor e produtos de degradação.

Vale ressaltar que para se isentar da obrigatoriedade de realizar os ensaios completos (lote a lote), a importadora deve atender os requisitos estabelecidos nos incisos e parágrafos do artigo 10 da RDC 10/11.

A Resolução também estabelece que devem ser realizados testes analíticos completos em

pelo menos dois lotes por ano, no caso de medicamentos com mais de oito cargas anuais de importação, e, para os que tiverem importação igual ou menor que oito cargas anuais, esses testes sejam realizados no mínimo em dois lotes a cada dois anos. *“Isso deverá gerar menos gastos à empresa”*, explica a dra. Lenita. *“A mudança é bem-vinda já que todo produto importado já vem acompanhado do laudo analítico completo, o que evita o reteste”*, diz o dr. João Escobar.

ROTINA DO FARMACÊUTICO

As mudanças previstas na RDC 10/11 também refletem no trabalho do farmacêutico que atua em importadoras de medicamentos. Ele deverá seguir as normas que estabelecem as Boas Práticas de Laboratório para realização das análises relacionadas ao controle de qualidade, as Boas Práticas de Armazenamento, dentre outras atividades imprescindíveis à garantia da qualidade do medicamento importado. Os procedimentos para a manutenção dos Certificados de Boas Práticas de Fabricação, tanto do exportador quanto do importador, também estão entre as atividades do farmacêutico, já que sem esses documentos as empresas não conseguem operar. **Renata Gonzalez** 

Novas regras se aplicam tanto a distribuidoras como a laboratórios que também importam medicamentos



Aviar ou não

Farmácias homeopáticas podem atender prescrições de terapeutas e fisioterapeutas?

Existe uma indefinição que envolve o trabalho dos farmacêuticos homeopatas e que encontra-se em debate aberto. Médicos, dentistas e veterinários são legal e tecnicamente habilitados a prescrever os medicamentos homeopáticos, porém a dúvida está nas receitas feitas por fisioterapeutas e terapeutas. Afinal, o farmacêutico pode ou não aviar essas solicitações? A legislação vigente sobre homeopatia não é muito coesa neste aspecto e até que uma nova legislação seja adotada, é importante que o farmacêutico esteja atento e atualizado.

A discussão ganhou força no último mês de maio com a realização de uma mesa-redonda promovida pela Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas (ABFH), que reuniu médicos e farmacêuticos para debater e buscar alternativas. O CRF-SP esteve representado pela dra. Mafalda Biagini, farmacêutica especialista em homeopa-

tia e diretora regional da seccional de Marília. O representante da área médica foi o dr. Rafael Karelinsk, da Associação Paulista de Homeopatia (APH). A mesa foi composta ainda pela dra. Márcia de Cássia Silva Borges, representante da ABFH.

Os debatedores apresentaram seus argumentos, citaram todas as leis e resoluções que versam sobre o exercício da homeopatia, porém não houve consenso.

CONTRA AS PRESCRIÇÕES

O dr. Rafael Karelinsk defendeu o posicionamento dos médicos homeopatas contrários às prescrições emitidas por terapeutas e fisioterapeutas. Reconheceu que essas atividades são fundamentais na promoção da saúde, porém dentro do seu campo de atuação. *“Eles não possuem conhecimento técnico para prescrever. São funções que agregam benefícios à saúde dos pacientes, mas não podem invadir a área médica”*, argumentou o dr. Rafael.

No caso dos terapeutas, a atividade não tem regulamentação e um conselho de classe. Segundo o Ministério do Trabalho, a profissão é reconhecida apenas como atividade de nível técnico, de segundo grau. *“Não existe um currículo mínimo para a formação do terapeuta”*, afirmou.

AVALIAR E DECIDIR

A dra. Márcia de Cássia Silva Borges citou as normas que regulamentam as atividades dos fisioterapeutas, como as resoluções nº 10/1978 e nº 380/2010, do Conselho Federal de Fisioterapia e

Thais Noronha



Até que uma nova legislação seja adotada, é importante que os farmacêuticos fiquem atentos às prescrições



Carlos Nascimento

Terapia Ocupacional (Cofito), as quais não estabelecem a possibilidade de prescrições medicamentosas homeopáticas.

Neste caso, ainda que as resoluções do Cofito não definam as prescrições de sua classe, ela defendeu que o farmacêutico tem conhecimentos para decidir sobre a dispensação. *“O profissional farmacêutico homeopata deve agir com coerência, ética e liberdade. Ele é legalmente habilitado e, com o devido conhecimento técnico, pode avaliar as solicitações e decidir pela dispensação ou não do medicamento”*, disse.

A dra. Márcia considerou ainda que a solução do problema está nas mãos da classe médica. *“São os prescritores que devem definir junto aos órgãos reguladores sobre o mérito da prescrição”*, disse. O dr. Rafael concordou e se comprometeu a levar a discussão para ser debatida internamente entre os médicos da APH.

CRF-SP ORIENTA AVIAR COM CRITÉRIOS

A representante do CRF-SP, dra. Mafalda Biagini, defendeu que as prescrições homeopáticas podem ser aviadas mesmo que o prescritor seja terapeuta ou fisioterapeuta, *“desde que a prescrição esteja dentro das normas homeopáticas”*, ressaltou. O posicionamento se fundamenta no artigo 3º do Decreto 57477/65, que estabelece que as farmácias homeopáticas não são obrigadas à manipulação de prescrições não enquadradas nos moldes homeopáticos.

Ela recomendou que o profissional considere o artigo 18 do Decreto 57.477/65, que historicamente marca o início da legislação específica para a farmácia homeopática, e art.13 da lei 5.991/73. Eles estabelecem que dependerá de receita médica a dispensação de medicamentos homeopáticos cuja concentração de substância ativa corresponda às doses máximas farmacologicamente estabelecidas.

O farmacêutico deve também consultar a RDC



Dra. Mafalda Biagini representou o CRF-SP durante o debate

26/07, que dispõe sobre o registro de medicamentos dinamizados industrializados (homeopáticos, antroposóficos e anti-homotóxicos). A resolução estabelece que os medicamentos dinamizados industrializados serão isentos da obrigatoriedade de prescrição quando: apresentados em forma farmacêutica de uso externo ou contiverem dinamização igual ou acima do valor descrito na Tabela de Potências para Registro e Notificação de Medicamentos Dinamizados (Instrução Normativa – IN nº05/07 da Anvisa) e até 6CH ou 20D, inclusive.

“Portanto, se a concentração for menor, se a dinamização for maior, não há impedimento para que o farmacêutico avie a receita”, afirmou a dra. Mafalda.

O assunto continuará a ser discutido e novas determinações podem ser adotadas. É importante que o farmacêutico acompanhe as novidades na Revista do Farmacêutico ou no portal: www.crfsp.org.br. **Carlos Nascimento** 🌐



Thais Noronha

O farmacêutico tem conhecimento técnico e deve decidir sobre a dispensação do medicamento



Uma Carreira É Feita de Escolhas.
Inscreva-se no Curso Adequado para



seu Crescimento Profissional.

Sua Inscrição
Agora Pode Ser
Efetuada Online*
em Até **18x**

Cursos de Pós-Graduação
Cursos Intensivos
Cursos de Educação Continuada
Cursos Online
Palestras Online
Seminário Internacional
Congressos e Eventos

FARMÁCIA

Assistência Farmacêutica
Farmácia Clínica
Farmácia e Drogaria
Farmácia Hospitalar
Farmácia Magistral
Distribuidoras
Logística e Transporte

INDÚSTRIA

Farmacêutica
Cosmética
Química
Domissanitária
Produtos Médicos e Hospitalares

*Condições e valores variáveis conforme o produto.

Informações e Inscrições

www.racine.com.br/institutoracine
cursos@racine.com.br | (11) 3670-3499

 INSTITUTO
RACINE



SNGPC: há muito o que fazer

Sistema facilitou o monitoramento de medicamentos, mas ainda apresenta falhas

Em quatro anos de atividade, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, SNGPC, tem se mostrado um importante instrumento para monitorar o comércio e o uso de medicamentos sujeitos a controle especial, como anorexígenos e outros, psicotrópicos em geral, entorpecentes e anabolizantes. No entanto, ao longo dos anos, o Sistema tem apresentado algumas falhas que podem comprometer a ampliação do número de produtos inseridos, como é o caso dos antimicrobianos, conforme a RDC 20/11.

Em 2007, o lançamento do SNGPC esteve diretamente ligado à preocupação com os relatórios da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), que apontavam o Brasil como o principal consumidor mundial de anorexígenos. Na grande maioria das farmácias e drogarias do país, que dispensa medicamentos controlados, já não se pode imaginar a escrituração de outra forma, senão a eletrônica.

Atualmente 64 mil estabelecimentos estão com cadastro regular na Anvisa, dos quais 39.700 comercializam medicamentos controlados e informam a movimentação ao SNGPC. No Estado de São Paulo, são cadastrados 13.754 estabelecimentos, sendo 8.927 com venda de medicamentos controlados e transmissão eletrônica para o SNGPC.



Fotos: reprodução / Arte: Ana Laura Azevedo



Um grupo formado por representantes de diversas entidades foi constituído com a finalidade de identificar os principais pontos a melhorar no Sistema, bem como propor alterações baseadas nas necessidades do dia a dia de quem utiliza nas farmácias e drogarias. Um dos representantes do CRF-SP na Comissão externa de implantação e acompanhamento do SNGPC, dr.



Adriano Falvo, alerta para o fato de muitos gestores municipais, apesar de terem sido treinados para utilizar o Sistema, não repassaram a senha aos agentes fiscalizadores. “*Falta conhecimento, principalmente para os profissionais de municípios menores*”, afirma o dr. Adriano.

Outro problema é o fato do SNGPC ser quantitativo e não qualitativo, ou seja, não vincula posologia com a quantidade de caixas ou frascos prescritos. Uma das falhas é a impossibilidade de alterar o número do lote e, caso o farmacêutico lance o número errado, assim permanecerá já que atualmente não há uma forma de correção.

Ao ser questionada por essas dificuldades, a coordenadora do SNGPC na Anvisa, dra. Márcia Gonçalves, ressaltou que as questões apontadas estão identificadas desde a concepção do sistema, mas requerem medidas que exigem mudança no arquivo XML. “*A ideia é de fato obter um sistema com robustez adequada e implantar as melhorias necessárias de uma só vez para permitir que todos os envolvidos (Anvisa, setor regulado, desenvolvedores de software) tenham o tempo suficiente para se adequar sem causar nenhum transtorno na utilização do sistema*”.

Sem as correções das falhas, o cronograma de extensão do Sistema para a rede pública, hospitais, distribuidoras e até indústria fica comprometido. Especialmente no caso dos estabelecimentos públicos, a implementação esbarra em outro problema, a falta de farmacêutico responsável em muitas unidades. “*O SNGPC só será inserido em unidades de saúde com*

a presença do farmacêutico, não concordaremos em permitir que nenhum outro profissional assumira essa função”, alerta o dr. Adriano Falvo.

PRINCIPAIS MELHORIAS

Para o dr. **Rodinei Vieira Veloso**, conselheiro do CRF-SP e também representante da entidade na Comissão externa de implantação e acompanhamento do SNGPC, o Sistema é um importante instrumento para controle, no entanto, ainda está muito focado no aspecto comercial. “*É preciso vinculá-lo a uma política pública de saúde e envolver toda a cadeia do medicamento. Além disso, é imprescindível uma integração maior entre setor público e privado*”.



Não se pode negar a série de melhorias que o Sistema apresentou desde a implantação. De acordo com a coordenadora do SNGPC na Anvisa, dra. Márcia Gonçalves, as mudanças foram desde a facilitação da linguagem das mensagens de retorno ao usuário, até a adoção de medidas relacionadas à infraestrutura como a aquisição de servidores de banco de dados e outras que muitas vezes passaram despercebidas pelo usuário do sistema.

FARMACÊUTICO PREPARADO

Outro problema relacionado ao farmacêutico é o fornecimento da senha, que é pessoal e intransferível. Quando um novo farmacêutico assume a responsabilidade técnica pelo estabelecimento, deve cadastrar uma nova senha no Sistema. Por conta disso, conhecer o Sistema é o primeiro passo para utilizá-lo da forma correta. O CRF-SP oferece gratuitamente o curso essencial “Boas Práticas de Dispensação de Produtos de Controle Especial – SNGPC”, uma forma de preparar o farmacêutico e eliminar qualquer tipo de dúvida que possa colocar em risco a inserção de dados. Para mais informações www.crfsp.org.br. **Thais Noronha** 🌐



Resistência bacteriana

Laboratório de microbiologia pode monitorar a disseminação das bactérias e ajudar a combater infecções hospitalares

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que mais de 50% das prescrições de antibióticos no mundo são inadequadas. O consumo indevido deste tipo de medicamento é um dos fatores que leva ao aumento da resistência microbiana – a resistência natural que micro-organismos como bactérias e fungos adquirem ao longo do tempo e que pode ser acelerada por ações humanas.

O problema, de amplitude mundial, evidencia-se pelo aumento do número de casos de infecção hospitalar provocados por micro-organismos resistentes aos antibióticos disponíveis para uso. Ao mesmo tempo, existe uma escassez cada vez maior no desenvolvimento de novos antibióticos.

Em ambientes hospitalares é muito importante o trabalho de monitoramento da disseminação das bactérias. Principalmente porque é necessário descobrir qual é o micro-organismo que causou uma infecção, evitando que ele provoque um surto infeccioso. Este acompanhamento é feito pelo laboratório de microbiologia.

Hoje em dia existem programas multicêntricos que têm sido importantes no controle da disseminação de bactérias multirresistentes. Eles avaliam o perfil de sensibilidade, o modo de disseminação e o mecanismo de resistência das bactérias, além de detectar o surgimento de novos tipos de resistência.

São exemplos desses programas o Mystic (Meropenem Yearly Susceptibility Test), Scope

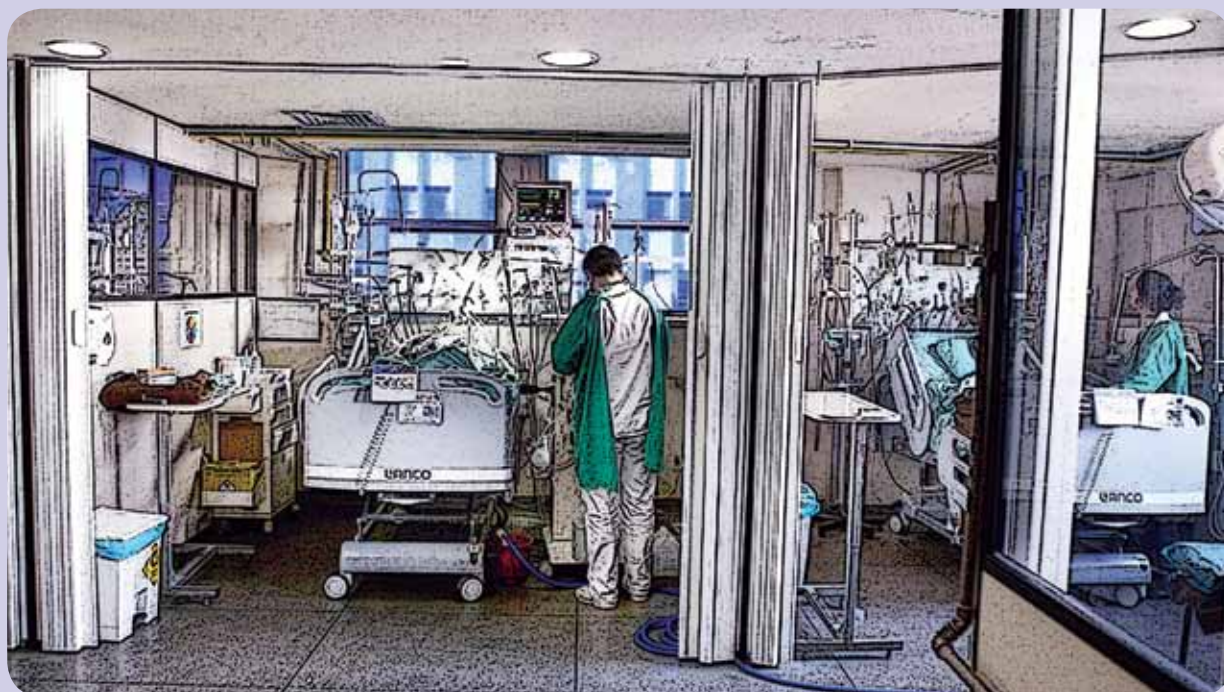


Foto: Divulgação - Ministério da Saúde / Arte: Ana Laura Azevedo





(Surveillance and Control of Pathogens of Epidemiological Importance) e Sentry (Antimicrobial Surveillance Program), que são capazes de identificar as bactérias, sua prevalência, bem como os antibióticos disponíveis. “O laboratório identifica o micro-organismo depois de processar a cultura, por meio de provas bioquímicas de kits comumente comercializados ou por equipamentos automatizados”, explica a dra. Adryella Luz, farmacêutica especialista na área e membro da Comissão

Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas do CRF-SP.

Outro exame realizado em laboratório que identifica o micro-organismo é o antibiograma ou teste de sensibilidade, que segue protocolos padronizados. “No Brasil, o mais utilizado é o CLSI (Clinical and Laboratory Standards Institute), um documento americano que promove a uniformização de linguagem sobre as categorias de sensibilidade do micro-organismo (Sensível, Intermediário e Resistente) com base no halo do antibiograma”, completou a dra. Adryella.

Com relação à tecnologia usada, esses testes são realizados de maneira manual ou automatizados. Porém, segundo a dra. Adryella, os equipamentos ainda possuem falhas na identificação de algumas bactérias, como bacilos Gram negativos não fermentadores. “A identificação mais precisa acontece pelo uso de técnicas de biologia molecular. Mas não são todos os laboratórios que as possuem, uma vez que o custo ainda é alto”.

O dr. **Marcos Machado**, conselheiro do CRF-SP e vice-coordenador da Comissão de Análises Clínicas, chamou atenção para a os profissionais atuantes neste segmento e defendeu: “Dentro do laboratório de microbiologia, o farmacêutico pode fazer esse diagnóstico porque tem conhecimentos

de microbiologia e farmacológicos, podendo dar grande contribuição ao médico”.

COMO PREVENIR

Mesmo com a ajuda da tecnologia, que proporciona um melhor resultado no controle das infecções hospitalares, o problema encontra-se sem solução a curto prazo. Os recursos antimicrobianos foram utilizados de maneira irracional durante anos e hoje já existem micro-organismos resistentes a todas as classes de medicamentos. As maiores taxas de resistência estão nos hospitais, onde o consumo de antimicrobianos é maior. “Nosso maior problema é que as bactérias desenvolvem mecanismos de resistência em uma velocidade muito maior do que a pesquisa de novas drogas”, alertou a dra. Adryella.

Diante do quadro alarmante, a principal maneira de combater a resistência bacteriana é a utilização racional dos medicamentos disponíveis. Além disso, outras medidas de controle também foram adotadas pelas autoridades governamentais. A Anvisa, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e com a Coordenação Geral dos Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB/SVS/MS), tem instituído medidas para monitorar e controlar a resistência microbiana, dentre elas: instituir a Rede Nacional de Monitoramento da Resistência Microbiana em Serviços de Saúde (Rede RM); maior controle na venda de antibióticos com a publicação da RDC 44/10 (substituída recentemente pela RDC 20/11); e monitorar a dispensação dos medicamentos através do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC). **Carlos Nascimento** 🌍



Tratamento eficaz e economicamente viável

Farmacoeconomia alia os benefícios do uso racional de medicamentos à realidade econômica das instituições hospitalares

A farmacoeconomia compreende a análise dos custos e as consequências econômicas da terapia medicamentosa levando-se em conta o paciente, o sistema de saúde (público ou privado) e seu impacto na sociedade. Representa um importante instrumento de apoio na tomada de decisões no ambiente hospitalar, de forma a identificar produtos e serviços

farmacêuticos cujas características possam conciliar atenção ao paciente a terapêuticas economicamente viáveis.

O conceito farmacoeconômico pode ser aplicado em todo o fluxo de demanda do medicamento, desde a pesquisa e desenvolvimento de uma nova molécula, na política de regulamentação e registro dos fármacos, na gestão de logística e distribuição, até a dispensação e atenção farmacêutica.

Na farmácia hospitalar, a dispensação do medicamento passa por muitas etapas e controles que contemplam a farmacoeconomia, porém, é a atividade da farmácia clínica que contribui efetivamente na avaliação das alternativas farmacológicas que tenham impacto no tratamento, diagnóstico, prevenção e/ou reabilitação do paciente, explica a dra. Fernanda Rodrigues Calixto, membro da Comissão Assessora de Farmácia Clínica do CRF-SP.

Ela ressalta a importância da análise econômica do ponto de vista do medicamento, e de esta avaliação ser considerada nas intervenções, serviços e condutas farmacêuticas. “A atuação do farmacêutico clínico pode determinar a eficiência dos serviços prestados e proporcionar uma maior valorização deste profissional no sistema de saúde brasileiro”, afirma a farmacêutica. “É o trabalho

Da pesquisa e desenvolvimento à dispensação e atenção farmacêutica, o conceito farmacoeconômico pode ser aplicado em todo fluxo de demanda do medicamento

Divulgação / Ministério da Saúde



do farmacêutico clínico que determina a importância da economia no tratamento medicamentoso relacionado ao tempo de internação do paciente”.

É importante ressaltar que a participação na elaboração de guias de tratamentos médicos (os chamados protocolos institucionais) e formulários de controles terapêuticos podem reduzir a incerteza das decisões clínicas e minimizar o uso de medicamentos com baixo valor terapêutico.

Porém, só é possível a adesão da equipe de saúde aos protocolos institucionais se essa equipe atuar de forma multidisciplinar, com médico, enfermeiro, farmacêutico clínico, fisioterapeuta, nutricionistas e outros profissionais, multiplicando suas competências e monitorando os resultados interdisciplinares.

BAIXA ADESÃO

Os benefícios da farmacoeconomia começaram a ser discutidos na década de 80, sendo gradativamente difundidos ao longo das décadas seguintes. Apesar disso, a aplicação do conceito ainda é baixo no Estado de São Paulo.

Levantamento realizado pelo Grupo Nacional de Farmácia Clínica (GNFC) em 18 instituições hospitalares de São Paulo constatou que apenas quatro desenvolvem trabalho em farmacoeconomia, enquanto sete o fazem de forma parcial. Os outros sete hospitais não desenvolvem a atividade. Fundada em 2009, o GNFC é formada por farmacêuticos hospitalares que exercem atividades clínicas, tendo como foco principal a atenção ao paciente.

EXEMPLO PRÁTICO

Uma das instituições hospitalares que integram o GNFC e que colocou em prática projetos bem sucedidos em farmacoeconomia é o Hospital Estadual da Vila Alpina, da capital. A implementação de protocolos e condutas farmacoeconômicas trouxe resultados imediatos e foi



Equipe de farmacêuticos clínicos do Hospital Vi. Alpina: dra. Fernanda Calixto, dra. Gabriela Boralli, dra. Daniela Nunes, dra. Renata Correia, dra. Ana Paula Meneses, dr. André Guedes e dra. Viviane Brumatti

destaque em um simpósio da área realizado em maio passado.

Uma das instituições hospitalares que integram o GNFC e que colocou em prática projetos bem sucedidos em farmacoeconomia é o Hospital Estadual da Vila Alpina, da capital. A implementação de protocolos e condutas farmacoeconômicas trouxe resultados imediatos e foi destaque em um simpósio da área realizado em maio passado.

No trabalho, a equipe de farmacêuticos clínicos em conjunto com os coordenadores e equipe médica das unidades de internações e Serviço de Controle de Infecção Hospitalar aliaram o seguimento farmacoterapêutico, a reconciliação medicamentosa e a avaliação de interações medicamentosas às rotinas clínicas diárias. Além disso,

adotaram condutas para a substituição dos medicamentos nas terapias com antibióticos, anticoagulantes e antiulcerosos por meio dos protocolos institucionais de

uso racional de medicamentos e condutas de segurança ao pacientes, como detalha a dra. Fernanda Calixto, que atua na UTI de adultos do hospital. O resultado foi que, no período de um mês, as substituições geraram uma economia de cerca de R\$ 30 mil ao hospital. **Renata Gonzalez** 🌍

De 18 hospitais paulistas pesquisados, apenas quatro adotam protocolos de farmacoeconomia





ANTIMICROBIANOS - GUIA PRÁTICO

A segunda edição de “Antimicrobianos - Guia Prático” é resultado de mais de dez anos de pesquisas e trata de inúmeras questões ligadas à prevenção e ao tratamento de doenças com ênfase no uso dos antimicrobianos. O livro mostra as propriedades, mecanismos de ação, interações e efeitos colaterais dos fármacos. Também traz informações sobre os principais agentes causadores de patologias infecciosas e apresenta uma relação dos antimicrobianos comercializados no Brasil.

O livro não apenas ajuda os profissionais a esclarecer dúvidas técnicas, como ressalta a

importância da escolha do antimicrobiano adequado para cada caso, diante da resistência dos microrganismos aos medicamentos disponíveis na atualidade.



Autores: Andréia Patrícia Gomes | Rodrigo Siqueira Batista

Editora: Rubio

Mais informações: www.rubio.com.br

COMBINAÇÕES DE FÁRMACOS ANTI-HIPERTENSIVOS NA PRÁTICA CLÍNICA

Atualmente, a hipertensão é um dos principais responsáveis pelo aumento das mortes entre adultos no mundo. Para obter um efetivo controle da doença, muitas vezes é necessária a combinação entre dois ou mais medicamentos. Planejado pelo departamento de Hipertensão Arterial da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), o livro mostra as diversas possibilidades



de associações que servem como base para oferecer um tratamento individualizado ao paciente. O livro também revela as particularidades e restrições de combinações nos pacientes portadores de doenças como o diabetes e insuficiências cardíaca, renal, hepática e vascular.

Autores: Luiz Aparecido Bortolotto | Marcus Vinícius Bolívar Malachias | Oswaldo

Passarelli Junior | Rui Póvoa

Editora: Segmento Farma

Mais informações: www.segmentofarma.com.br

FARMACÊUTICOS EM ONCOLOGIA – UMA NOVA REALIDADE

A presença do farmacêutico é cada vez maior dentro das equipes multidisciplinares de oncologia. Neste contexto, o livro aborda o papel deste profissional nas Centrais de Quimioterapia para aliar a qualidade no tratamento com a redução de custos no processo de manipulação e descarte de medicamentos.

Entre os temas tratados no livro estão: os vários tipos de câncer, os mais in-

cidentes, quimioterápicos utilizados atualmente, interações medicamentosas, gestão dos serviços de quimioterapia e a atenção farmacêutica ao paciente oncológico.



Autores: José Ricardo Chamhum de Almeida

Editora: Atheneu

Mais informações:

www.atheneu.com.br

II Curso Multidisciplinar de Fitoterapia

16º CONGREFITO

2011

OBJETIVOS:

Expandir os conhecimentos na área de plantas medicinais, fitoterápicos e alimentos funcionais, promovendo a prescrição ou recomendação com conhecimento e responsabilidade.

PÚBLICO ALVO:

O Curso é direcionado a todos os profissionais que trabalham com práticas integrativas, alternativas e complementares na promoção e recuperação da saúde.

CORPO DOCENTE:

80% com titulação de Mestre ou Doutor

CRONOGRAMA:

* Cronograma sujeito a alterações

13/03	10/04	22/05	19/06	24/07
1) Abertura	5) Farmacognosia e farmacobotânica	8) Fitoquímica, fitocomplexos e marcadores em plantas medicinais e fitoterápicos	11) Sinergismo entre plantas medicinais	14) O uso de produtos de origem natural e fitoterápicos na visão antropológica
2) Como prescrever ou recomendar plantas medicinais e fitoterápicos	6) Insumos fitoterápicos e formas de usos	9) Farmacologia básica e clínica	12) Uso e aplicação de plantas medicinais - Sistema respiratório	15) Fitocosméticos e fitocosmescêutica
3) Uso e aplicação de plantas medicinais - Introdução	7) Agronomia, biotecnologia e plantas orgânicas	10) Uso e aplicação de plantas medicinais - Sistema gastrointestinal	13) Uso e aplicação de plantas medicinais – Destoxificação e Desintoxicação	16) Compostos bioativos na saúde e estética
4) Etnofarmacologia e plantas medicinais				
21/08	18/09	16/10	06/11	04/12
17) Plantas medicinais e fitoterápicos na nutrição	20) Prébióticos e Probióticos	23) Vigilância sanitária	26) Uso e aplicação de plantas medicinais - Esportes	29) As políticas públicas no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos
18) Uso e aplicação de plantas medicinais - Fitohormônios	21) Uso e aplicação de plantas medicinais - Síndrome Metabólica	24) Marcos regulatórios e a indústria de medicamentos fitoterápicos e drogas vegetais	27) Fitoterápicos na medicina tradicional chinesa	30) Abordagem clínica de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS
19) Uso e aplicação de plantas medicinais - Sistema nervoso central	22) Uso e aplicação de plantas medicinais - Veterinária e Odontologia	25) Uso e aplicação de plantas medicinais - Inflamação e dor	28) Fitoterápicos, reações adversas, toxicidade e interações medicamentosas	31) Plantas medicinais e fitoterápicos: mercado de trabalho
				32) Encerramento do curso

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO:

Para participantes com frequência mínima de 80% da carga horária total.

INSCRIÇÕES:

www.conbrafito.org.br / www.fitoterapia.com.br
Tel.: (11) 5571-1906

LOCAL DO EVENTO

Centro de Convenções Rebouças – HCFMUSP - Sala Coral
Av. Dr. Enéas Carvalho Aguiar, 23 (Portaria 1)
Av. Rebouças, 600 (Estacionamento) – Cerqueira César – São Paulo – SP
Mapa de acesso: www.convencoesreboucas.com.br/frm_localizacao.htm

HORÁRIO DO EVENTO:

das 9h às 17h, nos domingos mencionados no cronograma (com 1 hora para almoço)

INVESTIMENTOS:

Profissionais:

1 x R\$ 100,00, à vista (taxa de inscrição)*
+ 10 x de R\$ 295,00

Afiliados CONBRAFITO:

1 x R\$ 50,00, à vista (taxa de inscrição)
+ 10 x de R\$ 245,00

Estudantes:

1 x R\$ 100,00, à vista (taxa de inscrição)*
+ 10 x de R\$ 255,00

Estudantes afiliados do CONBRAFITO:

1 x R\$ 50,00, à vista (taxa de inscrição)
+ 10 x de R\$ 225,00

Organização:



CIETEC

Patrocinadores



Realização:



CONBRAFITO
CONSELHO BRASILEIRO DE FITOTERAPIA

Apoio:



CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO





Jubileu de Ouro

A Arte de ser **Farmacêutico** Seminário Internacional

Data: **28 a 30 de outubro de 2011**

Local: **Anhembi (Teatro Elis Regina)
& Memorial da América Latina - São Paulo/SP**

OUTUBRO 2011

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Mais informações no portal: www.crfsp.org.br

Ou pelos telefones: **(11) 3067-1462 / 1468 (Depto. de Eventos)**

CRF-8



patrocinadores

